

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAROLLINE SANTANA DA SILVA

**A SEGURANÇA JURÍDICA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS
INTERNACIONAIS DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS E A APLICAÇÃO
DA CISG:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 9º DA LEI DE
INTRODUÇÃO AO DIREITO BRASILEIRO**

CURITIBA

2015

KAROLLINE SANTANA DA SILVA

**A SEGURANÇA JURÍDICA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS
INTERNACIONAIS DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS E A APLICAÇÃO
DA CISG:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 9º DA LEI DE
INTRODUÇÃO AO DIREITO BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel no Curso de Direito,
do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Edson Isfer.

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

KAROLLINE SANTANA DA SILVA

**A SEGURANÇA JURÍDICA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS
INTERNACIONAIS DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS E A APLICAÇÃO
DA CISG:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 9º DA LEI DE
INTRODUÇÃO AO DIREITO BRASILEIRO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

EDSON ISFER
Orientador

Coorientador

*GUSTAVO OSNA - Direito Civil e Processual
Civil*
Primeiro Membro

MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO
Segundo Membro

À minha família e amigos que sempre me apoiaram e me deram forças para seguir em frente.

Dedico este trabalho especialmente a meu pai, a pessoa que mais me incentivou a estudar e me instigou a ser a melhor pessoa que eu pudesse ser. A saudade é grande, mas seu exemplo me inspira e me faz querer progredir.

RESUMO

O comércio eletrônico internacional desenvolveu-se consideravelmente nos últimos anos, especialmente no Brasil, um dos países com maior número de usuários da Internet. Ela oferece dinamismo e facilidade aos usuários, o que vai ao encontro com o direito empresarial, que sempre busca oferecer respostas rápidas para os problemas dos empresários. Assim, a união entre o direito empresarial e o comércio eletrônico internacional deveria ser harmoniosa, contudo, não é sempre que isso ocorre. A Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (LINDB) determina em seu artigo 9º que o elemento de conexão elegido pelo ordenamento brasileiro é de caráter geográfico, todavia, a territorialidade é algo que perde os contornos clássicos na Internet. Dessa forma, os contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias possuem certa insegurança jurídica, já que a interpretação da LINDB não é pacífica. Sendo assim, deve-se buscar alternativas para aumentar a previsibilidade da lei aplicável para esta categoria contratual. Nesse sentido, a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG) é bastante benéfica, uma vez que a Convenção é amplamente aceita pela comunidade global, e entre a maioria dos principais parceiros comerciais do Brasil, isso assegura que pelo menos, para aqueles contratos, em que ambos são signatários, existe a garantia de que a norma aplicável será a Convenção, trazendo dessa forma mais segurança às partes.

Palavras-chave: Direito comercial. Direito Internacional. Art. 9º, LINDB. Contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias. CISG.

ABSTRACT

The international e-commerce has developed considerably in recent years, especially in Brazil, one of the countries with the highest number of Internet users. The Internet offers dynamism and easiness to the users, which is aligned with the commercial law, which always seeks to provide quick answers to the problems of entrepreneurs. So the union between commercial law and international e-commerce should be harmonious, however, this is not always the case. The Introduction to the Norms of Brazilian Law (INBL) determines in its Article 9 that the rule of connection chosen by the Brazilian legal system is geographical, however, territoriality is something that loses the classical contours on the Internet. Thus, the international electronic contracts of sale of goods have some legal uncertainty, since the interpretation of INBL is not peaceful. Therefore, one should seek alternatives to increase the predictability of this contractual category. In this sense, the implementation of the Convention on the International Sale of Goods Contracts (CISG) is quite beneficial. The Convention is widely accepted by the global community, and among most of the major trade partners of Brazil, this ensures that for those contracts, in which both parts are signatories, the Convention is applicable, thereby bringing more security to the parties.

Keywords: Commercial law. International law. Art. 9, INBL. International Electronic contracts of sales of goods. CISG.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | CONTRATOS ELETRÔNICOS INTERNACIONAIS DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS | 13 |
| 2.1 | CONTRATOS COMERCIAIS DE COMPRA E VENDA | 13 |
| 2.1.1 | Conceito e classificação | 14 |
| 2.1.2 | Elementos dos contratos de compra e venda..... | 15 |
| 2.1.3 | Formação dos contratos | 16 |
| 2.1.4 | Termino dos contratos | 17 |
| 2.2 | CONTRATOS COMERCIAIS ELETRÔNICOS..... | 18 |
| 2.2.1 | Noções Introdutórias sobre os contratos eletrônicos | 18 |
| 2.2.2 | Validade dos Contratos eletrônicos | 19 |
| 2.2.3 | Regulamentação..... | 21 |
| 2.3 | CONTRATOS INTERNACIONAIS | 23 |
| 2.3.1 | Noções Introdutórias..... | 23 |
| 2.3.2 | Elementos de Conexão | 24 |
| 3 | A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS | 26 |
| 3.1 | NOÇÕES INTRODUTÓRIAS | 26 |
| 3.2 | O CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS NA CISG | 27 |
| 3.3 | APLICABILIDADE DA CISG..... | 29 |
| 3.4 | PRINCÍPIOS GERAIS DA CISG | 32 |
| 3.5 | A CISG E O ORDENAMENTO BRASILEIRO | 36 |
| 3.6 | PAÍSES SIGNATÁRIOS | 38 |
| 4 | A SEGURANÇA JURÍDICA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS INTERNACIONAIS DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS E A APLICAÇÃO DA CISG | 39 |
| 4.1 | NOÇÕES INTRODUTÓRIAS | 39 |
| 4.2 | O LOCAL DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS INTERNACIONAIS E A DIFICULDADE DE DETERMINAR A LEI APLICÁVEL | 39 |

| | | |
|-----|---|----|
| 4.3 | A INTERPRETAÇÃO DO ART. 9º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO DIREITO BRASILEIRO..... | 44 |
| 4.4 | APLICABILIDADE DA CISG AO CASO | 51 |
| 4.5 | AS VANTAGENS DA APLICAÇÃO DA CISG | 52 |
| 5 | CONCLUSÃO | 54 |
| | REFERÊNCIAS | 57 |

1 INTRODUÇÃO

O contrato de compra e venda é fundamental para o desenvolvimento das atividades empresariais, uma vez que por meio dele é possível que as empresas sejam bem-sucedidas em seu objetivo, ou seja, obter lucro. Uma das estratégias adotadas pelos empresários para aumentar o lucro é expandir o seu mercado, e nesse sentido, a Internet possibilitou uma expansão considerável dos negócios, já que este meio permitiu o encurtamento de distancias, possibilitando, assim, a realização de negócios com diversos países.

Contudo, a Internet é um meio relativamente novo que modificou os conceitos tradicionais de comunicação, o que teve impacto nas relações comerciais. Entretanto, o direito não acompanhou de maneira satisfatória essas relações; diversos países não possuem normas que regulem os contratos eletrônicos, incluindo-se nessa lista, o Brasil.

Todavia, o que se percebe atualmente é que existe uma maior preocupação dos Estados com a matéria, o que tem feito com que o legislativo se manifeste quanto ao tema. Atualmente, o Brasil possui alguns Projetos de Lei que possuem como intuito regular os contratos eletrônicos em âmbito nacional, contudo, ainda estão em análise.

No que se refere a regulamentação da Internet, foi promulgada no Brasil a Lei 12.965/2014, chamada de “Marco civil da Internet”, em seu preâmbulo fica demonstrada sua intenção, que é de “*estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*”. Assim, esta lei disciplina como o indivíduo deve se comportar no meio virtual, visando, dessa forma, garantir que as relações sejam harmônicas.

Assim, “*esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria*”¹, com vistas de gerar mais segurança aos usuários.

Apesar da referida lei não tratar do comércio eletrônico, percebe-se a preocupação da norma com o tema, pois traz garantias para tornar os negócios jurídicos mais seguros, respeitando as peculiaridades desta relação. Ademais, um dos

¹ Cf. o art. 1º da Lei 12.965/2014

objetivos da referida norma é ampliar a disponibilidade do uso da Internet, o que é benéfico ao comércio eletrônico, já que possibilitará um maior número de usuários e possíveis consumidores.

Contudo, os problemas ao contratar na Internet ainda permanecem. A resolução de conflitos decorrentes de contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias pode se tornar especialmente dificultosa se for necessário avaliar as normas de direito interno para determinar qual lei aplicar ao contrato, uma vez que os países podem possuir elementos de conexão bastante diversos.

Ademais, pode ocorrer o conflito de competência para julgar o caso, o que é um entrave que posterga a resolução do problema, indo em contrapartida ao dinamismo do comércio e da Internet.

A Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (LINDB), utiliza como regra geral o princípio da *lex loci contractus*, ou seja, o local em que o contrato for constituído regerá a convenção. Essa lei foi alterada em 1942, e o atual art. 9º, LINDB passou por uma mudança textual, em decorrência disso, parte da doutrina entende que o legislador suprimiu a autonomia da vontade como elemento de conexão, em outras palavras, as partes não poderiam escolher a norma que regeria o contrato, sendo necessário, então, recorrer as normas do direito interno brasileiro para averiguar qual a legislação aplicável².

Esse panorama tem um impacto considerável nos contratos eletrônicos de compra e venda internacional; uma vez que estaria afastada a possibilidade das partes escolherem a norma aplicável ao contrato, dever-se-ia aplicar o estipulado no art. 9º, LINDB cuja interpretação não é pacífica.

Existe uma preocupação desde a Idade Média com o comércio internacional, já nessa época havia problemas decorrentes da negociação com pessoas de locais diferentes, como resposta a isso, os comerciantes desenvolveram a *lex mercatoria* que regularia as negociações comerciais internacionais³.

A *lex mercatoria* seria uma “lei de diversas nações”⁴ que se aplicava a um

² ARAUJO, Nadia de. **Contratos internacionais:** autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais. 3. ed., rev. e ampl., de acordo com o novo Código Civil e a Convenção de Nova York sobre laudos arbitrais estrangeiros. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 264-265

³ CORDEIRO, Douglas Alexander. A *lex mercatoria* e as novas tendências de codificação do direito do comércio internacional. 2008. 58 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba. p. 14

⁴ MALYNES *apud* CORDEIRO, op. cit., p. 15

grupo específico de pessoas: os comerciantes. Ela encerrou a tradição romanista em que o Estado legislava para dar lugar a uma norma feita por um grupo carente de uma legislação adequada, já que as normas romanas e feudais não mais correspondiam as necessidades da época. Esse conjunto de normas possuía como embasamento o costume marítimo e as leis das feiras medievais da Europa⁵.

Percebe-se que já naquele tempo enxergava-se a necessidade de padronizar as relações comerciais a fim de evitar divergências, entretanto, essa padronização sempre se mostrou como um desafio diante das diferenças culturais e legais dos diversos países.

Os esforços para padronização das normas que regem os contratos internacionais ainda se fazem presentes, e, nesse sentido, merece destaque a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG). Ela tem um papel fundamental para aumentar a segurança jurídica dos contratos internacionais, uma vez que esta Convenção possui como intuito reger, por meio de normas uniformes, os contratos internacionais de compra e venda de mercadorias em diferentes sistemas, removendo os possíveis obstáculos jurídicos que as normas de direito interno poderiam apresentar.

A CISG é uma norma globalizada e amplamente aceita que permite a padronização das leis que regulamentam os contratos internacionais de compra e venda de mercadorias, isso contribui para o desenvolvimento do comércio internacional, já que facilita o relacionamento das partes em sistemas jurídicos diversos. Dessa forma, a CISG reduz o risco legal e os custos de transação que eram resultado da incerteza das normas aplicáveis ao contrato.

Diante do exposto, vê-se a importância da aplicação da CISG aos contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias, já que a Convenção traz uma previsibilidade tão almejada aos negócios jurídicos que não é encontrada nos contratos eletrônicos internacionais em decorrência do elemento de conexão utilizado pelo ordenamento pátrio, que dificulta e estende além do desejado a resolução dos conflitos decorrentes de tais contratos.

Para melhor elucidar essa questão, nos próximos capítulos serão apresentadas as especificidades dos contratos comerciais de compra e venda, haja vista a CISG

⁵ CORDEIRO, op. cit., loc. cit.

apenas ser aplicável a contratos comerciais, bem como dos contratos eletrônicos e internacionais. Na sequência, serão apontadas questões relevantes da Convenção para que seja possível compreender de forma mais didática a aplicação da CISG àquela categoria contratual. Por fim, demonstrar-se-á o entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre a aplicabilidade da autonomia da vontade como elemento de conexão e as vantagens da aplicação da Convenção para os contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias.

2 CONTRATOS ELETRÔNICOS INTERNACIONAIS DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS

Os contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias possuem diversas peculiaridades, para tratar o tema da forma mais instrutiva, separou-se esta categoria em três tópicos: (i) contratos comerciais de compra e venda; (ii) contratos eletrônicos; e (iii) contratos internacionais. Contudo, deve-se ressaltar, que sempre que possível e necessário será demonstrada a relação entre esses tipos de contrato.

2.1 CONTRATOS COMERCIAIS DE COMPRA E VENDA

O direito privado tende a unificação, contudo, os contratos comerciais possuem características singulares que os diferem dos contratos civis, em especial no que se refere a sua dinamicidade decorrente das práticas comerciais.⁶

Ademais, estes contratos tendem a ser mais informais em decorrência da necessidade de tratamentos e respostas rápidas do direito comercial. Também se diferenciam em razão da uniformização de procedimentos e normas referentes à atividade comercial, o que ocorre com o intuito de facilitar os negócios tanto em âmbito nacional quanto internacional.⁷

O contrato, dentro de uma visão mais subjetiva pode ser visto como um acordo de vontade entre duas ou mais pessoas com a finalidade de adquirir, garantir, modificar ou acabar com um direito. Entretanto, atualmente, têm-se uma visão mais objetiva, dessa forma, o contrato possui a função constituir, regulamentar ou encerrar uma relação jurídico-patrimonial⁸.

Os contratos podem ser civis ou comerciais, contudo, há uma grande confusão entre esses dois gêneros contratuais, sendo assim, as normas do direito civil aplicam-se aos contratos comerciais respeitando as singularidades deste, especialmente no que se refere ao seu dinamismo, bem como as possíveis normas

⁶ BERTOLDI, Marcelo M. **Curso avançado de direito comercial**. 6.ed. , rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 713

⁷ Ibidem, loc. cit.

⁸ MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. Atual. Carlos Henrique Abrão – 37. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014. p.61

específicas existentes.

A maior diferenciação entre os contratos civis e comerciais é que “*estes serão sempre praticados pelos comerciantes no exercício de sua profissão, enquanto aqueles são os que qualquer pessoa capaz poderá praticar*”⁹. Dessa forma, o que define o caráter comercial de um contrato são as partes envolvidas.

Com base no exposto, percebe-se que os contratos são fontes de obrigação e são essenciais para a atividade empresarial, uma vez que o empresário necessita contratar com outros para adquirir bens e manter suas atividades, bem como, vender o que foi produzido para obter lucro, dessa forma, o contrato de comercial de compra e venda ganha especial destaque.

Diante da complexidade das relações comerciais de hoje em dia, os contratos estão se tornando cada vez mais especializados, motivo pelo qual não se deve falar em apenas uma forma genérica de contrato de compra e venda, uma vez que há diversas modalidades de vendas que trazem efeitos específicos para aquelas relações¹⁰, como os contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias.

2.1.1 Conceito e classificação

A definição legal do contrato de compra e venda pode ser retirada do art. 481 do Código Civil: “*pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro*”.

Dessa forma, o contrato de compra e venda é aquele por meio do qual o comprador adquire um bem de um vendedor por meio do pagamento de determinada quantia em dinheiro, assim, a obrigação do comprador é realizar o pagamento acordado e do vendedor realizar a transferência nos termos acertados.¹¹ Portanto, para o contrato ser considerado comercial ele deve se incluir na cadeia de compra e venda empresarial, ou seja, a cadeia de circulação de mercadorias realizada por empresários para realizar as suas atividades comerciais.¹²

⁹ Ibidem, p.52

¹⁰ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: contratos em espécie**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.1

¹¹ LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: contratos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 203

¹² COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 3 vol. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 54

Assim, o contrato de compra e venda mercantil se difere da compra e venda civil diante da qualidade dos agentes e da destinação econômica do bem negociado. Se ambas as partes são empresários e o bem será aplicado em atividade comercial do adquirente, haverá um contrato comercial, contudo, se uma das partes não for empresário o contrato não será empresarial.¹³

Trata-se de um contrato consensual, já que necessita apenas da manifestação de vontade dos contratantes, mesmo sem a entrega da coisa. É bilateral pois há obrigações recíprocas das partes, cabe ao comprador pagar o preço acertado e ao vendedor transferir o bem conforme o acordado entre as partes. É oneroso, pois ambas as partes têm seus patrimônios alterados.¹⁴

Normalmente, os contratos de compra e venda também são comutativos, já que as partes sabem as obrigações de cada um desde o início do contrato, contudo, nada impede que o contrato seja aleatório, ou seja, uma das partes – ou ambas – não sabem com certeza qual será a sua obrigação que será definida em momento futuro. Além dessas características, o contrato de compra e venda mercantil é também não formal, já que não há forma estabelecida em lei.¹⁵

2.1.2 Elementos dos contratos de compra e venda

O art. 482 do Código Civil estipula que *“a compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço”*, do dispositivo pode-se extrair que são elementos essenciais dos contratos de compra e venda o consentimento, a coisa e o preço.

O consentimento se dá quando as partes concordam com os termos estabelecidos no contrato, especialmente quanto ao objeto e ao preço; a vontade das partes é essencial no direito contratual, ela não pode ser viciada e deve provir de pessoas capazes e livres para contratar.¹⁶

Existe certa confusão entre coisa e objeto do contrato; o objeto é a:

transferência do domínio da coisa subordinada ao pagamento de um preço.

¹³ BERTOLDI, op. cit., p. 713

¹⁴ Ibidem, p. 730

¹⁵ Ibidem, loc. cit.

¹⁶ Ibidem, p. 731

Objetos das obrigações decorrentes do contrato, ou prestações, são para o vendedor o dever de transferir o domínio da coisa e para o comprador o dever de pagar o preço ajustado. Coisa é o bem, móvel ou semovente, cujo domínio o vendedor deseja transferir ao comprador, do mesmo modo que preço é o valor em dinheiro que o comprador se obriga a pagar ao vendedor em troca da propriedade da coisa¹⁷

A “coisa” do contrato pode ser atual ou futura, corpórea ou incorpórea, o que é extraído do art. 483, CC: *“a compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura. Neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório”*.

O preço será sempre estipulado em dinheiro sob pena de desconfigurar essa categoria, todavia, é importante ressaltar que o pagamento não precisa ser realizado em espécie, pode também ser feito por meio de bem que se traduza em dinheiro.¹⁸

2.1.3 Formação dos contratos

Os contratos de modo geral são formados, ou concluídos, quando o ofertante realiza uma oferta ao aceitante que concorda com os termos desta, o que obriga ambas as partes, conforme o art. 427 do Código Civil: *“a proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso”*. Assim, há três momentos na formação do contrato: *“o da oferta, o da aceitação e o do acordo ou consenso, considerados essenciais à formação do contrato”*¹⁹

Dessa forma, no momento em que ocorre o consenso o contrato se forma, desde que a forma exigida por lei tenha sido satisfeita pela manifestação de vontade das partes.

O local de oferta possui um papel de bastante importância nos contratos, uma vez que de acordo com o art. 435, CC *“reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto”*, sendo que essa norma também se aplica aos contratos internacionais conforme o exposto no art. 9º, §2º da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro: *“a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente”*, o que traz um impacto significativo aos contratos internacionais,

¹⁷ MARTINS *apud* BERTOLDI, loc. cit.

¹⁸ BERTOLDI, op. cit., p. 733

¹⁹ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Contratos**. São Paulo: Saraiva, 2011.p.78

já que o local de oferta do contrato poderá definir a lei que será aplicada a estes contratos.

2.1.4 Termino dos contratos

O término ou extinção dos contratos pode ocorrer de maneiras diversas, dentre elas há o adimplemento, sendo a forma mais relevante ao presente trabalho. O adimplemento das prestações encerra as obrigações das partes, e, com isso, o contrato, uma vez que a convenção foi cumprida.²⁰

Importante ressaltar que os modos eventuais de adimplemento como consignação em adimplemento, sub-rogação, compensação, novação, remissão, entre outros também encerram o contrato, haja vista a origem de novo negócio.²¹ Outra forma de encerramento do contrato se dá diante da impossibilidade posterior a conclusão do contrato também leva a sua extinção.²²

Outros modos de extinção do contrato são: a) a rescisão unilateral, nesse modo de extinção, que ocorre por ato unilateral, os efeitos são futuros, dessa forma a validade e os efeitos anteriores a rescisão não são afetados; b) o distrato, é a rescisão que ocorre por meio de acordo mútuo das partes, é uma convenção que tem por finalidade extinguir outro contrato; c) a resolução significa extinguir o contrato com efeitos anteriores a extinção, ou seja, atinge o contrato desde sua formação, pode ocorrer por ato ou pedido judicial em decorrência do inadimplemento de uma das partes; d) a revogação, ocorre quando uma parte, exercendo seu direito potestativo, retira a manifestação de vontade que anteriormente permitiu a conclusão do contrato; e e) a rescisão, acontece na hipótese de ocorrer no negócio vícios, seja ele de direito ou do objeto.²³

A extinção não encerra totalmente os efeitos do contrato, ainda é necessário, em decorrência dos princípios da boa-fé objetiva e proteção do contratante, manter um comportamento adequado evitando gerar danos a outra parte.²⁴

²⁰ Ibidem, p. 196

²¹ Ibidem, loc. cit.

²² Ibidem, p. 195

²³ Ibidem, p. 196-199 passim.

²⁴ Ibidem, p. 196

2.2 CONTRATOS COMERCIAIS ELETRÔNICOS

2.2.1 Noções Introdutórias sobre os contratos eletrônicos

A internet tem se mostrado como um meio diversificado para a concretização de relações jurídicas, este meio, desafia os conceitos tradicionais de tempo e espaço, consequentemente, traz características únicas aos contratos realizados neste ambiente.²⁵

Esse meio possui uma celeridade sem comparação com o meio físico em que vivemos. Além disso, ela independe de um local físico, assim, um usuário da Internet pode realizar diversas operações ao mesmo tempo, sendo que essas operações podem possuir efeitos jurídicos.

Essas características da Internet influenciam diretamente os contratos eletrônicos, visto que, existe uma incerteza quanto ao local de oferta e conclusão do contrato, consequentemente, pode haver incertezas quanto a lei e ao foro aplicáveis em caso de litígio.

O contrato eletrônico possui uma relevância importante no meio comercial pois possibilitou uma expansão do comércio e das relações comerciais por meio do *e-commerce*, especialmente no Brasil, que é atualmente o quarto país com o maior número de acessos a Internet.²⁶

Existem duas possíveis definições para os contratos eletrônicos: (i) a primeira, mais limitada, diz que contratos eletrônicos seriam uma convenção em que um indivíduo faz uma oferta e outro a aceita por meio da internet; e (ii) a segunda, concepção é mais abrangente e analisa três questões fundamentais provindas do comércio eletrônico: (a) a oferta se dá na Internet; (b) a oferta se manifestada por meio audiovisual; (c) há interatividade entre o ofertante e o cliente. A partir disso, pode-se concluir que o contrato eletrônico é o encontro de uma oferta manifestada em um meio audiovisual utilizando a Internet e de uma aceitação capaz de se manifestar através

²⁵ LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. **Contratos Eletrônicos**: Validade Jurídica dos Contratos Via Internet. São Paulo: Atlas, 2007. p. 23

²⁶ BRASIL deve fechar 2014 como 4º país com mais acesso à Internet, diz consultoria. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124_brasil_Internet_pai>. Acesso em: 10 out. 2015.

da interatividade.²⁷

O contrato eletrônico é um contrato único, e típico da modernidade, sendo assim, ele carrega uma interação entre o homem e a “máquina”. Tendo isso em mente, esses contratos são classificados em três categorias: contratos eletrônicos intersistêmicos, ou seja, aqueles que são utilizados normalmente por empresas para realizar operações de atacado em que a comunicação se dá por meio de programas de computador; interpessoais que utilizam *e-mails*, *chats*, videoconferências, a comunicação entre as partes se dá através do computador, tanto a oferta quanto a aceitação, bem como, a instrumentalização do acordo também se dá no meio virtual; ou interativos em que a comunicação entre as partes contratantes ocorre por meio da interação entre a parte e um programa previamente estabelecido, como um site de vendas.²⁸ A diferença essencial nesses tipos de contratos eletrônicos se dá pela forma de comunicação, e isso traz impactos para o momento de conclusão do contrato.

2.2.2 Validade dos Contratos eletrônicos

A Internet é um meio que facilita a realização de negócios jurídicos, contudo, ela também é um plano bastante incerto, por isso, os contratos exigem, até em maior grau que os contratos tradicionais, que alguns requisitos sejam cumpridos visando a segurança do negócio jurídico; motivo pelo qual será exposto quais são os elementos de validade dos contratos eletrônicos, que podem ser extraídos do Código Civil e princípios contratuais.²⁹

Para o contrato eletrônico ser válido, é necessário que os elementos contratuais gerais sejam respeitados sob pena de tornar-se nulo ou anulável. Os elementos contratuais que devem estar presentes são: consentimento válido; capacidade das partes; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prevista em lei ou não vedada.³⁰

Os elementos subjetivos se referem as características e vontades do

²⁷ ITEANU, Olivier *apud* GLANZ, Semy. Internet e Contrato Eletrônico. In: FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo (Org.). **Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos**: Contratos: Formação e Regime. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. vol. 4. Cap. 17, p. 277.

²⁸ LEAL, op. cit., p. 82-83 *passim*.

²⁹ LEAL, op. cit., p. 129

³⁰ LEAL, loc. cit

indivíduo, como a capacidade civil. Esse elemento é de suma importância, haja vista a possibilidade de declaração de nulidade do contrato, caso uma das partes seja absolutamente incapaz³¹, ou anulável quando se tratar de pessoa relativamente incapaz.³²

O consentimento também é elemento subjetivo de validade, sendo fundamental para a constituição de um negócio jurídico. A vontade deve ser livre de vícios, consciente e livre. No contrato eletrônico, a vontade das partes é expressa por meio de mensagens eletrônicas ou videoconferências.

O art. 107 do Código Civil determina que: “a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”, dessa forma, a manifestação virtual da vontade das partes é válida, com as devidas exceções legais que se não forem observadas farão com o ato seja nulo.³³

Essa amplitude de meios para expressar a vontade das partes é fundamentada também pelo princípio da liberdade de manifestação de vontade negocial, assim, a vontade pode ser expressa ou tácita. Portanto, não há como alegar que a manifestação de vontade virtual não seja válida.³⁴

O objeto deste tipo contratual deverá ser lícito e possível, corpóreo ou imaterial, determinado ou determinável, serviços ou produtos. Para um objeto ser lícito ele não pode contrariar a lei, a moral e os bons costumes; possível é todo objeto exequível, jurídica e fisicamente; determinado é o objeto conhecido e individualizado desde o momento de contratação, ou determinável, objeto que será individualizado em momento posterior a contratação.³⁵

Os elementos formais do contrato eletrônico incluem: a forma, segurança, validade e a prova dos documentos virtuais.

A forma é o meio hábil para exprimir a vontade das partes³⁶, portanto, nos contratos eletrônicos o meio é virtual; a Internet possui, assim, uma grande importância, visto que alterou e expandiu a forma como as pessoas contratam; com o ambiente virtual a vontade passa a ser expressa por meio de computadores.

³¹ Cf. art. 166, Código Civil é nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz;

³² Cf. art. 171, CC é anulável o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente;

³³ Cf. art. 166, CC é nulo o negócio jurídico se não se revestir a forma prescrita em lei

³⁴ LEAL, op.cit., p. 137

³⁵ Ibidem, p. 140

³⁶ Ibidem, p. 145

O Código Civil adota o princípio de liberdade de forma³⁷, portanto, excetuando-se as ressalvas legais, o contrato pode tomar qualquer forma, incluindo a eletrônica.

A não observância da lei no que se refere as formas exigidas para contratos específicos resultará na decretação de nulidade do contrato³⁸, contudo, em outros casos, mesmo sem a exigência legal, é interessante seguir uma forma específica por facilitar a prova do ato ou garantir a publicidade do ato; não seguir a forma nesses casos não acarretará na nulidade do contrato, todavia, tornará mais difícil a comprovação dos fatos.

Um dos problemas apresentados pelos contratos eletrônicos é a comprovação de que o ato não foi adulterado, visto que, a documentação original gerada em ambiente virtual não se distingue de uma cópia, o que possibilita a fraude.³⁹

Outra questão é a falta de segurança do meio virtual, tanto juridicamente ante a ausência de normas reguladoras do contrato eletrônico, quanto dos servidores e dos indivíduos; a Internet possibilita que agentes mal-intencionados operem golpes nos sistemas de empresas, ou, utilizem-se de identificação falsa no momento da contratação.⁴⁰

A insegurança do meio virtual se reflete na validade dos negócios realizados pela Internet, devem, portanto, as partes tomarem medidas para garantir a segurança do negócio jurídico, verificando a autenticidade e a integralidade dos documentos eletrônicos.⁴¹

2.2.3 Regulamentação

Conforme já exposto, o Marco Civil da Internet traz regulamentações para o uso da Internet, contudo, ainda não existe nenhuma lei que regule os contratos eletrônicos em âmbito nacional.

Diversas nações trabalham em projetos normativos para regulamentar as

³⁷ Art. 107, CC: A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

³⁸ Cf. art. 166, CC é nulo o negócio jurídico quando o contrato não revestir a forma prescrita em lei

³⁹ LEAL, op. cit., p. 148

⁴⁰ Ibidem, p. 150

⁴¹ Ibidem, p. 151

operações realizadas em âmbito virtual, já que esse fenômeno é evidentemente atual e presente no cotidiano dos indivíduos. O que ocorre para suprir a necessidade de se evitar a insegurança jurídica, contudo, esse processo deve observar concepções coincidentes em todos os Estados, para que não haja grandes divergências entre as normas o que seria contra produtivo.⁴²

Nesse sentido, a criação da lei modelo do Comércio eletrônico da UNICITRAL possui um papel relevante na padronização das normas de diversos países, já que atua como rascunho para leis que tratem do assunto.

O modelo disponibilizado pela UNICITRAL foi utilizado como base em dois Projetos de Lei brasileiros: o Projeto de Lei nº 1589/99 da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo, que tem como intuito a regulamentação do comércio eletrônico, da validade jurídica dos documentos eletrônicos; e o Projeto de Lei nº 4906/01 que possui como escopo a segurança jurídica dos negócios jurídicos realizados na Internet, especialmente no que se refere aos documentos apresentados.

Importante ressaltar que no que se refere a autenticidade dos documentos eletrônicos, foi criada por meio da Medida Provisória nº 2.220-2/2001, a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que de acordo com o artigo 1º da referida MP, tem por finalidade:

garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras

Assim, percebe-se que apesar de haver projetos de lei em andamento, o Brasil permanece sem uma lei específica para esta categoria contratual, o que pode ser especialmente problemático para os contratos internacionais que necessitem utilizar a lei brasileira, o que reforça a importância da aplicação da Convenção de Viena sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias para os contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias.

⁴² Ibidem, p. 29-30 passim.

2.3 CONTRATOS INTERNACIONAIS

2.3.1 Noções Introdutórias

O contrato internacional se diferencia dos demais contratos tanto na esfera jurídica quanto na econômica; a forma de tratamento desses contratos é diversa em decorrência da sua internacionalidade o que interfere diretamente na interpretação e nos efeitos do negócio jurídico.⁴³

Um dos preceitos diferenciadores dos contratos internacionais é o critério econômico internacional, já que tais contratos movimentam bens e serviços atravessando fronteiras para tanto.⁴⁴ Já no quesito jurídico, o contrato é um negócio jurídico que ocorre em sistema jurídicos diversos.⁴⁵ Em suma:

é internacional o contrato que contendo elementos que permitam vinculá-lo a mais de um sistema jurídico, tem por objeto operação que implica no duplo fluxo de bens pela fronteira, o que decorre diretamente de contrato dessa natureza⁴⁶

Entretanto, há outros modos de se determinar a internacionalidade de um contrato, a título de exemplo, cita-se o Decreto-Lei nº 857 de 1969 que estabelece que ser possível utilizar moeda estrangeira em negócios realizados entre residentes e não residentes.⁴⁷ Assim, a moeda daria o caráter internacional do contrato. Contudo, mesmo o decreto se utiliza do critério econômico e jurídico para determinar a

⁴³ BAPTISTA, Luiz Olavo. **Contratos Internacionais**. São Paulo: LEX MAGISTER, 2011. p. 20

⁴⁴ Ibidem, p. 21

⁴⁵ Ibidem, p. 23

⁴⁶ BAPTISTA, op. cit., p. 29

⁴⁷ Art 1º São nulos de pleno direito os contratos, títulos e quaisquer documentos, bem como as obrigações que exequíveis no Brasil, estipulem pagamento em ouro, em moeda estrangeira, ou, por alguma forma, restrinjam ou recusem, nos seus efeitos, o curso legal do cruzeiro.

Art 2º Não se aplicam as disposições do artigo anterior:

I - aos contratos e títulos referentes a importação ou exportação de mercadorias;

II - aos contratos de financiamento ou de prestação de garantias relativos às operações de exportação de bens de produção nacional, vendidos a crédito para o exterior;

III - aos contratos de compra e venda de câmbio em geral;

IV - aos empréstimos e quaisquer outras obrigações cujo credor ou devedor seja pessoa residente e domiciliada no exterior, excetuados os contratos de locação de imóveis situados no território nacional;

V - aos contratos que tenham por objeto a cessão, transferência, delegação, assunção ou modificação das obrigações referidas no item anterior, ainda que ambas as partes contratantes sejam pessoas residentes ou domiciliadas no país.

internacionalidade do contrato.

A internacionalidade do contrato traz implicações jurídicas a essa categoria contratual, dessa forma, deve-se analisar os pormenores da formação do contrato, o conteúdo e os efeitos das declarações. Isso se faz necessário pois é preciso analisar a lei que rege esse contrato⁴⁸, motivo pelo qual tais critério serão mais profundamente abordados.

2.3.2 Elementos de Conexão

Os elementos de conexão são utilizados para resolver os conflitos de lei, esses elementos são indícios – tanto da lei quanto do costume – que determinam a conexão de determinado contrato à determinado sistema jurídico.⁴⁹ Eles variam de país para país de acordo com a cultura local, motivo pelo qual sua unificação é difícil.

Existem diversos elementos de conexão, como a nacionalidade das partes, o domicílio ou residência da pessoa física, a sede ou estabelecimento da pessoa jurídica, o local onde se encontra o bem, onde será entregue, onde foi comprado, onde será feito o pagamento, a moeda, a língua do contrato, o foro, a lei escolhida, etc.⁵⁰

A regra geral no ordenamento brasileiro determina que o lugar de celebração o contrato (art. 9, LINDB) é o elemento de conexão do contrato. Outra hipótese admitida pelo ordenamento brasileiro é o local onde parte que realizou a oferta se encontra (art. 9, §2º, LINDB).

Para utilizar o lugar de celebração como elemento de conexão deve-se levar em conta que a lei do local em que foi firmado o contrato deve reconhecer todas as cláusulas pactuadas.⁵¹

Esse elemento de conexão, o local de celebração, já foi mais utilizado, contudo, atualmente é alvo de várias críticas, especialmente porque esse elemento é bastante antigo, sendo utilizado desde a Idade Média, e não se adaptou com perfeição aos avanços tecnológicos da comunicação. Atualmente os contratos entre ausentes tornou-se bastante comum o que dificulta precisar onde e quando o contrato foi

⁴⁸ BAPTISTA, op. cit., p. 30

⁴⁹ Ibidem, p. 33

⁵⁰ Ibidem, p. 35

⁵¹ Ibidem, p. 36

firmado, especialmente na hipótese desse contrato ser eletrônico.⁵²

Este mesmo raciocínio pode ser aplicado ao local de oferta, uma vez que se tal oferta for realizada no meio eletrônico também haverá dificuldades em se estabelecer com precisão o local em que ela foi realizada, motivo pelo qual, sua aplicação como elemento de conexão também pode – e é – problemática.

O elemento de conexão mais utilizado internacionalmente é a lei escolhida pelas partes o que decorre do princípio da autonomia da vontade, dessa forma, as partes podem escolher qualquer lei que melhor se adapte ao negócio jurídico celebrado, contudo, essa autonomia não é absoluta⁵³ e para alguns doutrinadores, a legislação interna afasta esse elemento de conexão, conforme será demonstrado posteriormente.

No direito interno é fácil encontrar os limites da autonomia da vontade, uma vez que se tratam de leis imperativas. Já no âmbito externo tem-se uma liberdade maior, todavia, os limites são mais imprecisos o que poderá gerar conflitos. Sendo assim, mesmo que este elemento de conexão vise facilitar a solução do possível conflito entre as partes, ele não está isento de falhas haja vista a possibilidade de que a norma escolhida entre em conflito com uma lei imperativa relacionada ao contrato.

⁵² Ibidem, p. 37

⁵³ VENTURA, Luis Henrique. **Contratos internacionais empresariais: teoria e prática**. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2002. p. 26

3 A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS

3.1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

A Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG) é uma norma uniforme que diversos países adotaram para regular os contratos de compra e venda internacional de mercadorias, cuja finalidade fica expressa em seu preâmbulo:

Estimando que a adoção de regras uniformes para reger os contratos de compra e venda internacional de mercadorias, que contemplem os diferentes sistemas sociais, econômicos e jurídicos, contribuirá para a eliminação de obstáculos jurídicos às trocas internacionais e promoverá o desenvolvimento do comércio internacional.

Ainda, a CISG possui a intenção de reduzir os custos de transação, o que se dá, em decorrência da previsibilidade provinda da Convenção. Além disso, a CISG procura reduzir os riscos legais, promovendo um comércio internacional mais justo, sendo também um instrumento de resolução de litígios.⁵⁴

A Convenção foi organizada pela Comissão das Nações Unidas sobre o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL) e aprovada por uma conferência diplomática em 11 de abril de 1980. Contudo, as tentativas de criação de uma norma padrão para os contratos de compra e venda internacional se iniciaram em 1930 no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), em Roma.⁵⁵

O processo de criação de normas uniformes para os contratos internacionais do comércio ficou suspenso em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Com a volta dos trabalhos, o esboço foi apresentado em uma conferência em Haia em 1964, como resultado foram aprovadas duas convenções: a primeira sobre os contratos de compra e venda internacional de mercadorias e a segunda referente a formação de contratos de compra e venda internacional de mercadorias⁵⁶.

⁵⁴ MOSER, Edgardo Muñoz e Luiz Gustavo Meira. **A Adesão do Brasil à CISG: Consequências para o Comércio na China e América Latina**. 2013. Disponível em: <<http://cisgw3.law.pace.edu/cisg/biblio/moser-munoz.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

⁵⁵ Ibidem, loc. cit.

⁵⁶ NOTA EXPLICATIVA DA SECRETARIA DA UNCITRAL SOBRE A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS.

O maior problema apresentado por essas convenções é que ambas eram embasadas nos costumes da Europa Ocidental, por isso, obtiveram uma baixa adesão pelos demais países. Para contornar o problema, a UNCITRAL em 1968 questionou os Estados se eles pretendiam – ou não – aderir aquelas convenções, inquirindo os motivos para tanto, visando, assim, criar uma nova convenção que fosse mais adequada para o âmbito internacional. Como resultado, surgiu a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, que unificou a matérias das duas convenções que a antecederam.⁵⁷

Para não repetir os problemas apresentados nas convenções anteriores, a Convenção de Viena de 1980 contou com a participação de 62 países, dentre eles o Brasil, que possuiu papel ativo nas negociações.⁵⁸

A Convenção é dividida em quatro partes: a parte I, que trata do âmbito de aplicação da Convenção e disposições gerais; a parte II em que há as regras sobre a formação dos contratos; a parte III que contém os direitos e deveres do comprador e do vendedor; e a parte IV em que estão dispostos os arranjos finais da Convenção, que tratam de temas como a entrada em vigor, as reservas, declarações, entre outros.

Atualmente, a CISG possui 83 Estados signatários⁵⁹, que representam em torno 80% do comércio mundial de mercadorias.⁶⁰ Estima-se que esse número ainda irá aumentar; cerca de três países por ano aderem à convenção, contudo, países da G-20, como Índia, a África do Sul e o Reino Unido ainda não são signatários.⁶¹

3.2 O CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS NA CISG

A noção de contrato na CISG possui uma fundamentação voltada ao comércio internacional, sendo bastante técnica e pragmática com vistas de trazer mais eficiência as relações afastando possíveis entraves para a conclusão do negócio,

Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/doc/ExplNoteCISGTradAmadeusOrleans-Final.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

⁵⁷ NOTA, op. cit., loc. cit.

⁵⁸ MOSER, op. cit., loc. cit.

⁵⁹ STATUS United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (Vienna, 1980). 2015. Disponível em:

<http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/sale_goods/1980CISG_status.html>. Acesso em: 14 out. 2015.

⁶⁰ MOSER, op. cit., loc. cit.

⁶¹ Ibidem, loc. cit.

sendo assim, trata-se de um novo modelo de contrato de venda internacional de mercadorias.⁶²

A CISG determinou em seu art. 3 (1) o que seria o contrato de compra e venda de mercadoria: “ (...) *contratos de fornecimento de mercadorias a serem fabricadas ou produzidas, salvo se a parte que as encomendar tiver de fornecer parcela substancial dos materiais necessários à fabricação ou à produção*”.

A palavra “substancial” trazida no artigo supracitado é motivo de discussão doutrinária, já que é um termo aberto – algo muito utilizado pela Convenção. Para solucionar o problema, uma parte da doutrina propõe que deve-se verificar o valor econômico dessa parcela, dessa forma, se o fornecimento dessas matérias para a fabricação ou produção corresponderem a um valor significativo do contrato, como 50% ou mais, este contrato não seria de compra e venda de mercadorias.⁶³

Importante ressaltar que contratos mistos, ou seja, aqueles em que há a obrigação de entrega da coisa e a prestação de serviço em que a prestação de serviço é predominante, também desconfiguram a noção de contrato de compra e venda de mercadorias para CISG, portanto, também não se aplicaria a Convenção para este tipo de contrato⁶⁴, o que pode ser extraído do art. 3 (2): “*não se aplica esta Convenção a contratos em que a parcela preponderante das obrigações do fornecedor das mercadorias consistir no fornecimento de mão-de-obra ou de outros serviços*”.

Entretanto, se se tratar de um contrato único, para a prestação de serviços e a entrega da mercadoria, a Convenção poderá ser aplicada, sendo necessário avaliar a vontade das partes para determinar se o contrato é único ou não.⁶⁵ No caso de o contrato ser separado, o direito interno será aplicado ao contrato de prestação de serviços e a Convenção ao contrato de compra e venda.⁶⁶

A definição da CISG é flexível e utiliza termos genéricos, justamente para permitir que a visão de contrato presente na Convenção pudesse ser utilizada nos diversos países signatários, tanto de *Common law* quanto de *Civil law*. Contudo, pode-

⁶² FRADERA, Véra Maria Jacob de. **A NOÇÃO DE CONTRATO NA CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980 SOBRE VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS**. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/doc/vfradera1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

⁶³ SCHLECHTRIEM, Peter. **Comentários à convenção das Nações Unidas sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p.195

⁶⁴ Ibidem, p. 197

⁶⁵ Ibidem, p. 198

⁶⁶ Ibidem, p. 199

se tirar algumas conclusões do que seria contrato para a CISG, por exemplo, o contrato é visto como uma relação de cooperação, o que pode ser observado no art. 77 da Convenção que estipula que a parte deve mitigar o próprio prejuízo, a cooperação também pode ser observada no dever de informar.⁶⁷

Como pode ser observado, a definição do contrato para a Convenção é bastante genérica, o que ampliaria demasiadamente sua aplicação, se o único critério de aplicação fosse se tratar de um contrato de compra e venda, contudo, existem mais alguns requisitos para que a Convenção seja aplicável a determinado contrato, o que será exposto a seguir.

3.3 APLICABILIDADE DA CISG

A CISG estabelece em seu primeiro artigo o critério de internacionalidade do contrato⁶⁸, sendo este um critério legal que exige que as partes estejam localizadas em Estados diferentes. Além desse critério, a Convenção também exige que os Estados negociantes tenham assinado a CISG ou, alternativamente, que as normas de direito internacional levem a aplicação da convenção.⁶⁹ Contudo, conforme pode-se observar em (a) e (b) a aplicação da CISG pode ser ampliada e com isso, pode ser aplicada inclusive a Estados não signatários.

Na averiguação da internacionalidade do contrato, o que importa é o local de estabelecimento das partes, sendo assim, não é averiguada a nacionalidade, o local de execução, formação ou conclusão do contrato.⁷⁰

No que se refere às mercadorias, a Convenção não define o que seriam, contudo, no artigo 2, exclui algumas situações do seu âmbito de aplicação:

Esta Convenção não se aplicará às vendas:

⁶⁷ FRADERA, op. cit., loc. cit.

⁶⁸ (1) Esta Convenção aplica-se aos contratos de compra e venda de mercadorias entre partes que tenham seus estabelecimentos em Estados distintos:

(a) quando tais Estados forem Estados Contratantes; ou

(b) quando as regras de direito internacional privado levarem à aplicação da lei de um Estado Contratante.

⁶⁹ FERRARI, Franco (Org.). **The CISG and its Impacts on National Legal Systems**. Munique: Sellier, 2008. p. 10

⁷⁰ BENETI, Ana Carolina. **Brasil e a vigência, em 2014, da Convenção de Viena das Nações Unidas de 1980 sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG)**. 2014. Disponível em: <[http://www.cisg-brasil.net/downloads/Anexo BI 2.288a.pdf](http://www.cisg-brasil.net/downloads/Anexo%20BI%202.288a.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

- (a) de mercadorias adquiridas para uso pessoal, familiar ou doméstico, salvo se o vendedor, antes ou no momento de conclusão do contrato, não souber, nem devesse saber, que as mercadorias são adquiridas para tal uso;
- (b) em hasta pública;
- (c) em execução judicial;
- (d) de valores mobiliários, títulos de crédito e moeda;
- (e) de navios, embarcações, aerobarcos e aeronaves;
- (f) de eletricidade.

A Convenção também não se aplica: a contratos em que a parcela preponderante das obrigações do fornecedor das mercadorias consistir no fornecimento de mão-de-obra ou de outros serviços, conforme o disposto no art. 3 (2), CISG.

Não é matéria da CISG, e, portanto, não aplica-se a Convenção referente a questões de:

- validade do contrato ou de qualquer das suas cláusulas, bem como a validade de qualquer uso ou costume (art. 4 (a));
- efeitos que o contrato possa ter sobre a propriedade das mercadorias;
- responsabilidade do vendedor por morte ou lesões corporais causadas pelas mercadorias a qualquer pessoa (art. 5); e
- contratos nos quais as partes excluíram expressamente a aplicação da CISG (art. 6).⁷¹

A aplicação pode ser realizada de maneira direta, conforme o art. 1, (1) (a) nas hipóteses em que as partes contratantes possuem estabelecimentos em Estados contratantes é irrelevante o conhecimento das partes sobre a aceitação da Convenção nos referidos Estados, ela poderá ser aplicada mesmo com o desconhecimento dos envolvidos, pois a CISG adotou um sistema chamado de “opting out”⁷² o que faz com que sua aplicação seja automática sempre que as condições do art. 1º sejam satisfeitas. Entretanto, a Convenção pode ser excluída se as partes optarem por isso, ou modificarem seus efeitos⁷³, conforme o estabelecido nos artigos 12 e 95.⁷⁴

⁷¹ BENETI, op. cit., loc. cit.

⁷² Cf. MULILIS, Alastair; HUBNER, Peter. **The CISG: A new textbook for students and practitioners**. Munique: Sellier, 2007. Isso significa dizer que a Convenção será aplicada, a não ser que as partes, expressamente, tenham escolhido pela não aplicação da CISG. p. 66

⁷³ FERRARI, op. cit., p. 11

⁷⁴ Artigo 12: Não se aplicará qualquer das disposições dos artigos 11 e 29, ou da Parte II desta Convenção, que permita a celebração, alteração ou rescisão do contrato de compra e venda, ou a proposta, aceitação ou qualquer manifestação de intenção, por outra forma que não a escrita, quando uma das partes tiver seu estabelecimento comercial em Estado Contratante que tenha feito a

A Convenção também pode ser aplicada de maneira indireta, nas hipóteses em que as leis de direito internacional privado levarem a aplicação da lei de um Estado signatário, dessa forma, a CISG pode ser aplicada como resultado de um conflito de leis.⁷⁵ Contudo, a Convenção possibilita que um Estado impeça a aplicação da norma.⁷⁶

Outra hipótese de exclusão da CISG ocorre no caso de umas das partes possuir estabelecimento em um Estado signatário que não realizou a declaração, escolher a lei de outro Estado que fez a declaração do art. 95, que proíbe a aplicação indireta da Convenção, nesse caso, entende-se que as partes tacitamente intenderam excluir a aplicação da Convenção.⁷⁷

Havia certa discussão quanto a aplicabilidade da CISG em território brasileiro, haja vista a Convenção não ter entrado em vigor no Brasil até 2014, sendo assim, até a referida data, a aplicação da CISG se dava de maneira indireta, uma vez que sua utilização seria o resultado de um conflito de leis.⁷⁸

Conforme o exposto, ao Brasil sancionar a referida Convenção tornou-se mais simples a aplicação da norma, trazendo mais segurança aos contratantes, especialmente nos casos em que ambos os Estados envolvidos na negociação são signatários.

Importante ressaltar que a Convenção é baseada na autonomia da vontade das partes, motivo pelo qual, as partes podem escolher não utilizarem a CISG, conforme o disposto no art. 6⁷⁹, sendo que tal exclusão pode ser integral ou parcial. Assim, a não ser que as partes optem pela exclusão da Convenção, se os requisitos forem preenchidos, a norma será aplicada.

declaração prevista no artigo 96 desta Convenção. As partes não poderão derogar nem modificar o efeito do presente artigo.

Artigo 95: Qualquer Estado poderá declarar, no momento do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou acessão, que não adotará a disposição da alínea (b) do parágrafo (1) do artigo 1 da presente Convenção.

⁷⁵ FERRARI, op. cit., p. 12

⁷⁶ Ibidem, loc. cit.

⁷⁷ Ibidem, p. 13

⁷⁸ Ibidem, loc. cit.

⁷⁹ Artigo 6: As partes podem excluir a aplicação desta Convenção, derogar qualquer de suas disposições ou modificar-lhes os efeitos, observando-se o disposto no Artigo 12.

3.4 PRINCÍPIOS GERAIS DA CISG

Os princípios da CISG possuem um papel de grande importância para a Convenção, uma vez que o art. 7 (2)⁸⁰ da referida norma afirma que qualquer lacuna interna deverá ser suprida pelos princípios gerais da Convenção, contudo, caso não seja possível identificar um princípio aplicável a matéria, deverá se recorrer as normas de direito internacional privado.⁸¹

Entretanto, a estipulação do artigo supracitado pode trazer dificuldades práticas, pois, o artigo não pode ser analisado separadamente, ele deve ser estudado em conjunto com as demais normas, especialmente o art. 7 (1). Ainda, pode ser difícil identificar quais são as matérias que podem ser resolvidas pela Convenção e quais não podem.⁸²

Além disso, os princípios podem ser utilizados não apenas para preencher as lacunas, como também para auxiliar a interpretação de provisões não muito claras, tornando sua aplicabilidade bastante complexa.⁸³

Para uma aplicação correta do art. 7 (2) é necessário determinar quais assuntos são disciplinados pela Convenção, sendo que, a utilização da norma interna só pode ser utilizada nos casos em que a utilização da própria Convenção desvirtuaria as intenções do contrato.⁸⁴

Assim, o uso da lei doméstica em decorrência do conflito de leis para preencher a lacuna, deve ser o último recurso, uma vez que a utilização da lei doméstica pode representar uma ameaça a Convenção, dessa forma, a lei interna só deve ser usada na hipótese de total ausência de normas e princípios da CISG que possam solucionar o problema.⁸⁵

Os princípios da Convenção não estão expressos em seu texto, motivo pelo qual a Doutrina se debruça sobre a norma para determinar quais seriam tais princípios.

⁸⁰ Artigo 7: (1) Na interpretação desta Convenção ter-se-ão em conta seu caráter internacional e a necessidade de promover a uniformidade de sua aplicação, bem como de assegurar o respeito à boa fé no comércio internacional.

(2) As questões referentes às matérias reguladas por esta Convenção que não forem por ela expressamente resolvidas serão dirimidas segundo os princípios gerais que a inspiram ou, à falta destes, de acordo com a lei aplicável segundo as regras de direito internacional privado.

⁸¹ JANSSEN, André. MEYER, Olaf (Orgs.). **CISG Methodology**. Munique: Sellier, 2009. p. 261

⁸² Ibidem, loc. cit.

⁸³ Ibidem, loc. cit.

⁸⁴ Ibidem, p. 264

⁸⁵ Ibidem, p. 270

Existem três categorias amplas de princípios dentro da Convenção: (i) aqueles derivados exclusivamente de um artigo, como o princípio da autonomia das partes, presente no art. 6, e o princípio da boa-fé, retirado do art. 7; (ii) aqueles percebidos após a análise de diversos artigos que levam a uma conclusão comum, como o princípio da preservação do contrato, observado nos artigos 25, 49(2) e 82 da CISG; e (iii) aqueles provindos de um artigo cuja aplicação possa ser generalizada para situações semelhantes, como o art. 57, dele pode-se extrair o princípio referente ao local de execução para créditos pecuniários.⁸⁶

Dos princípios do primeiro caso, os derivados exclusivamente de um artigo, há os seguintes exemplos: o princípio da autonomia das partes e o princípio da boa-fé. Dos princípios da segunda hipótese, ou seja, aqueles percebidos após a análise de diversos artigos que levam a uma conclusão comum, existem: os princípios da conservação dos contratos; da revogabilidade das declarações; da liberdade de forma; da simultânea troca de obrigações e direito de retenção; do ônus da prova; dos efeitos da extinção consensual. Por fim, os princípios provenientes do terceiro caso – aqueles que são derivados de um artigo que não é geral, mas pode ter sua aplicação generalizada – são os seguintes: o princípio da expedição, do recebimento; da mora sem aviso; do local de execução do contrato para reclamações pecuniárias e após a extinção do contrato; da compensação plena. A seguir, serão tratados os princípios individualmente, de maneira sucinta.

O princípio da autonomia das partes pode ser extraído do art. 6 da Convenção, de acordo com ele, a vontade das partes sempre será priorizada em relação aos princípios gerais da CISG, se estes trouxerem um resultado diverso àquele intentado pelas partes. O art. 6 possibilita que as partes optem pela aplicação da Convenção em sua integralidade, ou não, com a exceção do art. 12⁸⁷ que não admite sua revogação. É possível, também, derrogar disposições individuais com ou sem acordo sobre disposições para substituição.⁸⁸

⁸⁶ Ibidem, p. 271

⁸⁷ Art. 12, CISG: Não se aplicará qualquer das disposições dos artigos 11 e 29, ou da Parte II desta Convenção, que permita a celebração, alteração ou rescisão do contrato de compra e venda, ou a proposta, aceitação ou qualquer manifestação de intenção, por outra forma que não a escrita, quando uma das partes tiver seu estabelecimento comercial em Estado Contratante que tenha feito a declaração prevista no artigo 96 desta Convenção. As partes não poderão derrogar nem modificar o efeito do presente artigo.

⁸⁸ Ibidem, p. 271-272 passim.

O art. 7 (1) estipula a observação da boa-fé, ela é trazida expressamente pela Convenção como instrumento de interpretação, mas pode também ser utilizado para o preenchimento de lacunas. Deste princípio, bastante genérico, é possível extrair-se outros, como o princípio da proibição de ato contraditório (*venire contra factum proprium*).⁸⁹

O princípio da preservação dos contratos é proveniente de diversos artigos (25, 34, 37, 39, 43, 47, 48, 49, 63, 64, 82, CISG), nessas disposições existem diversos remédios para evitar a extinção indesejada do contrato.⁹⁰

A revogabilidade da declaração de extinção do contrato é possível dentro das normas da Convenção, desde que a revogação chegue antes da declaração aquele que foi endereçada, o que pode ser bastante difícil nos contratos eletrônicos, visto que a utilização da Internet faz com que as comunicações entre as partes sejam enviadas e recebidas quase instantaneamente, motivo pelo qual parte da doutrina afirma que essas declarações não podem ser revogadas.⁹¹

A Convenção não estipula qualquer forma para os contratos, motivo pelo qual um de seus princípios gerais é a liberdade de forma, sendo possível, inclusive, alterar o contrato meramente pela vontade das partes, conforme o estipulado pelo art. 29 (1)⁹², contudo, o art. 12 pode interferir nesse princípio se realizada a reserva do art. 96.⁹³

O princípio de simultâneas trocas de obrigações e o direito de retenção é extraído de diversos artigos. O art. 58, CISG estipula que se não houver nenhuma disposição em sentido diverso, o comprador deve pagar o preço ao vendedor assim que ele disponibilizar os bens ou documentos que possibilitem o uso das mercadorias, contudo, o comprador tem o direito de analisar os bens primeiro (art. 58 (3), CISG), antes disso o comprador tem o direito de reter as mercadorias.⁹⁴

O princípio também pode ser observado no art. 71, 81 (2), 85, e 86, CISG.

⁸⁹ Ibidem, p. 272

⁹⁰ Ibidem, p. 274

⁹¹ Ibidem, p. 275

⁹² Ibidem, p. 276

⁹³ Artigo 96: O Estado Contratante cuja legislação exigir que os contratos de compra e venda sejam concluídos ou provados por escrito poderá, a qualquer momento, fazer a declaração prevista no artigo 12, no sentido de que, caso qualquer das partes tenha seu estabelecimento comercial nesse Estado, não se aplicarão as disposições dos artigos 11 e 29, ou da Parte II da presente Convenção, que permitirem a conclusão, modificação ou resolução do contrato de compra e venda, ou a proposta, aceitação ou qualquer outra manifestação de intenção por qualquer forma que não a escrita.

⁹⁴ JANSSEN; MEYER, op. cit., p. 277

Esse princípio possibilita o direito de retenção das partes até que a outra cumpra com sua obrigação.⁹⁵

O ônus da prova pode ser observado nos art. 2(a), 35(2)(b), 79(1), CISG; a parte possui o ônus de provar aquilo que for benéfico para ela. Se a parte quer contar com uma exceção, também deverá prova-la.⁹⁶

O princípio dos efeitos da extinção consensual faz com que as partes sejam liberadas de suas obrigações principais, obrigando-as a indenizar obrigações já cumpridas.⁹⁷

As declarações feitas por uma das partes, permanecem válidas, mesmo que entregues atrasadas ou que seja perdida, se os meios adequados forem utilizados, conforme estipula o princípio da expedição, contudo, essa previsão somente se aplica as comunicações referentes a parte III da Convenção (que trata dos direitos e deveres das partes).⁹⁸

O princípio do recebimento indica que qualquer manifestação de intenção de formação do contrato obriga a parte assim que for recebida.⁹⁹

O comprador deve pagar o preço estipulado na data fixada sem a necessidade de que o vendedor faça qualquer pedido, conforme o art. 59, CISG. Isso é bastante importante, uma vez que assim que o comprador entra em mora, o vendedor pode exigir juros (art. 78, CISG), dessa forma, o vendedor pode exigir os juros mesmo sem comunicar o comprador da mora, o que constitui o princípio da mora sem aviso.¹⁰⁰

A Convenção não tratou de maneira explícita a hipótese de uma parte poder reclamar da outra indenizações pecuniárias, o que gera certa incerteza dentro da Convenção. Assim, o princípio do local de execução do contrato para reclamações pecuniárias e após a extinção do contrato estipula que a parte deve realizar a reclamação no local em que aquele que possuir o crédito estiver estabelecido.¹⁰¹

O princípio supracitado também traz a solução para demandas após a extinção do contrato, haja vista a Convenção também não se manifestar a respeito; a solução oferecida é que o local em que a reclamação deve ser feita é aquele em que

⁹⁵ Ibidem, loc. cit.

⁹⁶ Ibidem, p. 278

⁹⁷ Ibidem, loc. cit.

⁹⁸ Ibidem, p. 279

⁹⁹ Ibidem, loc. cit

¹⁰⁰ Ibidem, p. 280

¹⁰¹ Ibidem, loc. cit.

a obrigação principal deveria ter sido executada.¹⁰²

O princípio de compensação plena visa indenizar a parte prejudicada para que volte ao *status quo ante*.¹⁰³

Em suma, esses são os principais princípios da Convenção, contudo, outros princípios podem ser identificados dentro das hipóteses trazidas anteriormente. Esses princípios são bastante relevantes pois auxiliam na melhor aplicação da norma que não é completa, pois, não pode prever todos os casos de litígio.

3.5 A CISG E O ORDENAMENTO BRASILEIRO

Em 8 de março de 2012, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou o texto da CISG, como um projeto de decreto legislativo, sendo que a Convenção passou a vigorar do Brasil em 1º de abril de 2014 (por meio do Decreto nº 8.327, de 16 de outubro de 2014), um ano após o depósito da Carta de Adesão do Brasil nas Nações Unidas, em março de 2013, tornando-se o 79º a aderir à Convenção.¹⁰⁴

A CISG é um tratado internacional, ou seja, é um instrumento que proporciona a uniformização do direito internacional. Cada país determina como o tratado internacional será recebido por seu ordenamento.¹⁰⁵ No Brasil, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal adotou a teoria da paridade entre a lei nacional e o tratado internacional, isso significa dizer que em caso de conflito, o tratado irá prevalecer sobre as normas internas anteriores a ele, contudo, se a lei for posterior, a nova lei será privilegiada.¹⁰⁶

O posicionamento jurisprudencial é oposto ao entendimento majoritário da doutrina que entende que o compromisso feito em âmbito internacional deve prevalecer sobre a lei federal ordinária.¹⁰⁷

Com base no exposto, na hipótese da CISG entrar em conflito com a LINDB, com o Código Civil, ou qualquer outra norma anterior a Convenção, a CISG deverá

¹⁰² Ibidem, p. 281

¹⁰³ Ibidem, loc. cit.

¹⁰⁴ BENETI, op. cit., loc. cit.

¹⁰⁵ RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. 15.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 136

¹⁰⁶ Ibidem, p. 140

¹⁰⁷ Ibidem, loc. cit.

prevalecer.

O Brasil, como já exposto anteriormente, participou dos trabalhos de elaboração da Convenção, contudo, demorou muitos anos para aderir-la, o motivo dessa demora, de acordo com a doutrina, é desconhecido, especialmente pelo papel ativo que o país possuiu na elaboração da CISG e porque a maioria de seus parceiros comerciais são signatários da Convenção. Felizmente, essa situação mudou em 2014.

Antes da adesão do Brasil à CISG, a aplicação desta somente ocorria de maneira indireta, conforme o estipulado no art. 1 (1) (b), CISG, ou seja, as regras do direito internacional privado deveriam indicar que a lei a ser utilizada deveria ser a lei de outro país, conforme o art. 9º, LINDB, sendo assim, poderia ser aplicada a lei do país onde a outra parte possuiu seu estabelecimento.

Um exemplo bastante citado, para demonstrar a aplicação indireta da CISG no caso em que uma das partes era brasileira, é o caso julgado de 2003 do Tribunal de Justiça de Karlsruhe, Alemanha:

Tratava-se de uma disputa envolvendo uma empresa brasileira e uma empresa alemã e, como as partes não tinham escolhido um Direito aplicável ao contrato, o julgador seguiu as normas de conflito de leis alemãs. O Direito alemão determina que será aplicado o Direito do país com o qual o contrato guarda uma relação mais estreita. Assim, o Tribunal decidiu pela aplicação do Direito alemão, tendo em vista que a maior prestação, que era a entrega da coisa, seria feita pela empresa alemã, estabelecida na Alemanha. Sendo o Direito alemão aplicável, vale a Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias, visto que a Alemanha é Estado parte. O fato de que o Brasil não é signatário da Convenção foi considerado irrelevante pelo julgador, observado o disposto no Art. 1º (1) (b) da Convenção.¹⁰⁸

Como pode ser observado, a adesão à Convenção tornou sua aplicação muito mais simples, haja vista hoje ser possível aplicá-la de maneira direta, o que torna o processo mais descomplicado e previsível para as partes envolvidas no contrato, o que pode ser visto como vantagem competitiva para os empresários brasileiros, uma vez que a maior parte dos parceiros comerciais do Brasil já aderiram à Convenção, conforme será exposto a seguir.

¹⁰⁸ DOLGANOVA, Iulia; LORENZEN, Marcelo Boff. **O Brasil e a Adesão à Convenção de Viena de 1980 sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias**. 2009. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/doc/idolganova1.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

3.6 PAÍSES SIGNATÁRIOS

De acordo com a informação da United Nations Commission on International Trade Law – UNCITRAL, atualmente 83 países são signatários da CISG¹⁰⁹:

Albânia; Argentina; Armênia; Austrália; Áustria; Bahrain; Belarus; Bélgica; Benin; Bósnia e Herzegovina; Brasil; Bulgária; Burundi; Canadá; Chile; China; Colômbia; Congo; Croácia; Cuba; Chipre; República Checa; Dinamarca; República Dominicana; Equador; Egito; El Salvador; Estônia; Finlândia; França; Gabão; Geórgia; Alemanha; Gana; Grécia; Guiné; Guiana; Honduras; Hungria; Islândia; Iraque; Israel; Itália; Japão; Quirguistão; Letônia; Líbano; Lesoto; Libéria; Lituânia; Luxemburgo; Madagascar; Mauritânia; México; Mongólia; Montenegro; Holanda; Nova Zelândia; Noruega; Paraguai; Peru; Polônia; República da Coreia; República da Moldávia; Romênia; Federação Russa; São Vicente e Granadinas; San Marino; Sérvia; Cingapura; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Suécia; Suíça; República Árabe da Síria; A Antiga República Jugoslava da Macedônia; Peru; Uganda; Ucrânia; Estados Unidos da América; Uruguai; Uzbequistão; Venezuela; e Zâmbia.

Importante ressaltar que dos trinta maiores parceiros comerciais do Brasil, apontados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no ano 2011¹¹⁰, 19 são signatários da CISG o que reforça a importância da adesão do Brasil à Convenção.

¹⁰⁹ STATUS, op. cit., loc. cit.

¹¹⁰ Cf MDIC passa a divulgar lista dos principais parceiros econômicos. 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5-icia=10744>>. Acesso em: 15 out. 2015. Esses são os principais parceiros comerciais do Brasil: China; Estados Unidos; Argentina; Alemanha; Japão; Holanda; Coreia Do Sul; Itália; **Nigéria**; Chile; França; Rússia; México; Espanha; **Índia**; **Reino Unido**; **Arábia Saudita**; Canadá; Bélgica; **Taiwan**; Venezuela; **Argélia**; **Suíça**; Uruguai; **Tailândia**; **Bolívia**; Colômbia; Peru; **Malásia**; **Santa Luci**.

Os nomes em destaque representam os países não signatários da CISG.

4 A SEGURANÇA JURÍDICA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS INTERNACIONAIS DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS E A APLICAÇÃO DA CISG

4.1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

O Brasil adotou, no que se refere as normas de direito internacional privado, elementos de conexão territoriais, possuindo, dessa forma, uma visão mais conservadora da lei¹¹¹, enquanto a Convenção de Viena é mais flexível, e adota a autonomia da vontade, possibilitando assim, uma melhor adaptação para novas questões do direito contratual, dentre elas, o uso da Internet.

O art. 9º da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro possui caráter conservador, além disso, é bastante antigo e acaba não oferecendo respostas adequadas aos problemas contratuais decorrentes dos contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias.

O direito comercial é bastante dinâmico e exige respostas rápidas para suas demandas o que a Internet parece oferecer, contudo, ela também parece modificar o entendimento de territorialidade e fronteiras, assim, determinar o local em que um contrato foi concluído, ou até mesmo executado, uma vez que alguns contratos podem ser executados eletronicamente, pode ser um verdadeiro desafio.

Diante da importância do local de conclusão do contrato, faz-se necessário analisar a questão com vistas de trazer a melhor solução possível para o caso.

4.2 O LOCAL DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS INTERNACIONAIS E A DIFICULDADE DE DETERMINAR A LEI APLICÁVEL

A formação dos contratos já foi tratada de forma sucinta no primeiro capítulo, contudo, agora pretende-se demonstrar com maior ênfase a problemática de definir o local de formação dos contratos eletrônicos internacionais, tema de grande relevância, pois, o local de formação do contrato é fundamental para determinar a competência, o caráter de internacionalidade do contrato e a lei aplicável a este.¹¹²

¹¹¹ FERRARI, op. cit., p. 8

¹¹² LORENZETTI, Ricardo Luis. **Comércio eletrônico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p., 324

Basicamente o processo de formação dos contratos ocorre em três etapas, sendo que a primeira delas se refere as tratativas (ou negociações) preliminares. Nessa fase ocorre uma pesquisa preliminar para analisar a eventual realização do negócio jurídico, inexistente a oferta nesse momento.

A segunda fase se refere a oferta, nela uma das partes manifesta a vontade inegável de contratar com o outro; se ela for exposta da maneira clara e séria já será vinculatória¹¹³, sendo assim, caso o ofertante posteriormente se recusar, sem justificativa plausível, a concluir o negócio, aquele que de boa-fé acreditou na conclusão do negócio jurídico poderá receber indenização pelos danos sofridos.

No meio virtual existe a “oferta ao público”, típica de contratos eletrônicos interativos, em que a parte realiza a oferta em um site de vendas ficando disponível a qualquer indivíduo que deseje adquiri-la, o que é feito por uma série de cliques em que o comprador confirma seu desejo de comprar aquele bem por meio de um contrato de adesão.¹¹⁴

O art. 428, Código Civil, determina que a oferta deixa de ser obrigatória:

- I - se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante;
- II - se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente;
- III - se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado;
- IV - se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

Assim, deve-se levar em conta se tais contratos são entre presentes ou entre ausentes, o que afeta o momento de conclusão do contrato, que ocorre de maneira diversa para os diferentes tipos de contrato eletrônico: (a) os contratos interpessoais simultâneos serão considerados como pessoais e é formado no momento posterior ao da oferta; (b) os interpessoais não simultâneos é considerado entre ausentes, ele é formado no momento em que a mensagem eletrônica, *e-mail* ou similar, é expedida; (c) contratos interativos, em que não há a presença simultânea das duas partes do contrato é considerado contrato entre ausentes, o contrato se conclui no momento em

¹¹³ Art. 427, CC: A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

¹¹⁴ LEAL, op. cit., p. 88

que o contratante expede a aceitação via *Internet*; e (d) contrato intersistêmico será considerado formado no momento em que as partes manifestam a vontade de compor os sistema de programas que serão auto executados, posteriormente, por máquinas.¹¹⁵

Assim, o momento de conclusão dos contratos é diverso, a depender de se tratar de contrato entre ausentes ou entre presentes:

os contratos celebrados via *Internet*, por analogia ao sistema utilizado no caso dos contratos celebrados pelo telefone, e utilizando-se do mesmo princípio da interatividade e da comunicação direta, devem considerar-se como contratos celebrados entre presentes, sendo a estes definidos efeitos quanto a sua formação e conclusão.
Diferente quando se trata de contrato realizado através de trocas de mensagens eletrônicas ou *e-mails*, como já referido, quando não estará mais caracterizada a simultaneidade, mas a sucessividade e portanto o contrato à distância será considerado como realizado entre ausentes.¹¹⁶

Com base no exposto, tem-se que os contratos eletrônicos internacionais podem ser tanto entre ausentes quanto entre presentes a depender do tipo de comunicação utilizada pelas partes, contudo, isso possui mais efeitos práticos na legislação pátria do que para a CISG.

Entende-se que para os contratos realizados entre presentes, aplicar-se-ia a regra geral da LINBD, ou seja, o art. 9º, *caput*, assim, o elemento de conexão seria o lugar de constituição do contrato. Já para os contratos entre ausentes, a norma a ser aplicada seria aquela exposta no §2º do referido artigo, dessa forma, o elemento de conexão seria o lugar em que residir o proponente.¹¹⁷

É relevante mencionar que no que se refere aos contratos entre ausentes, o ordenamento brasileiro adotou a teoria da expedição; assim, a aceitação do contrato se dá quando e onde a parte aceitante expedir a resposta.¹¹⁸

Importante salientar que proposta não se confunde com análise de viabilidade, ela precisa ser objetiva e clara com seu objetivo de propor o negócio.¹¹⁹

A terceira e última fase, é a aceitação (também chamada de oblação), nela o

¹¹⁵ LEAL, 2007. p. 106-107 *passim*.

¹¹⁶ MULHOLLAND, Caitlin. **Internet e contratação**: panorama das relações contratuais eletrônicas de consumo. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 79

¹¹⁷ GARCIA JUNIOR, Armando Alvares. **Lei aplicável aos contratos internacionais**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2004. p. 53

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 86

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 35

aceitante expressa sua vontade de contratar nos termos da oferta, surge, então, o dever das partes realizarem as suas respectivas prestações.

No que se refere ao local de formação dos contratos, existem regra diversas para os tipos de contratos eletrônicos. Nos casos dos contratos interpessoais pode-se determinar o local em que a comunicação foi iniciada, logo, é possível especificar o local onde a proposta ocorreu.¹²⁰ Outros tipos de contratos eletrônicos se mostram como mais desafiadores na determinação do local de formação.

Os contratos eletrônicos interativos ocorrem, geralmente, por meio de *websites*, o contratante e o contratado podem estar em dois países diferentes, assim, questiona-se qual seria o local de formação. Uma das soluções apontadas pela doutrina é aplicação do art. 15 da Lei Modelo da Unicitral, de acordo com a norma considera-se expedida e recebida no local em que o remetente e o destinatário estiverem estabelecidos, respectivamente. Se as partes possuírem mais de um estabelecimento ou domicílio, será considerado como local de formação aquele que possuir maior relação jurídica com o objeto do contrato.

Ainda, discute-se se a Internet é um meio ou um local, alguns afirmam que a Internet seria um verdadeiro lugar, necessitando, então, de uma legislação específica para a sua regulamentação¹²¹, contudo, esse posicionamento parece não ser adequado para as demandas atuais, além disso, é forçoso entender a Internet como um lugar, tal qual um meio físico, trata-se sim de um meio de comunicação.

Quanto ao critério da internacionalidade, este também pode ser de difícil averiguação, pois *“por se tratar de uma tecnologia que opera transnacionalmente, pode ligar empresas ou consumidores de diferentes países de um modo muito singelo”*.¹²² Novamente, determinar o local em que as partes se encontram mostra-se importante, já que a CISG apenas aplica-se a contratos internacionais, todavia, conforme já demonstrado, o contrato é internacional sempre que mais de um sistema jurídico estiver envolvido no negócio, sendo assim, nem sempre a localização das partes afetará o critério de internacionalidade do contrato.

Muitos ordenamentos jurídicos utilizam elementos de conexão geográficos, como o Brasil, o que pode ser difícil de localizar em um ambiente virtual, uma vez que

¹²⁰ SANTOS *apud* LEAL, 2007. p. 117

¹²¹ *Ibidem*, p. 325

¹²² *Ibidem*, p. 336

a Internet não é um local, mas sim um meio de comunicação que quebra muitas das barreiras geográficas possibilitando a comunicação com o mundo todo, o que afeta a noção de territorialidade, dificultando, assim, a aplicação das normas de direito internacional privado.¹²³

Assim, as relações dadas na Internet, um meio “supra-nacional”, obstam a determinação do local em que se dão, e como consequência tornam extremamente difícil determinar qual a legislação aplicável utilizando-se os critérios de direito interno.¹²⁴

Mas qual seria a solução para o caso? Alguns autores afirmam que a melhor opção para evitar a insegurança jurídica seria estipular uma cláusula determinando qual seria a lei aplicável ao contrato, contudo, na legislação brasileira, a validade dessa cláusula é bastante questionada – o que será abordado posteriormente com maior enfoque – logo, essa solução também poderia trazer imprevisão ao contrato.

Apesar desse panorama da doutrina brasileira, atualmente, a maior parte dos contratos internacionais expõe qual a lei aplicável em caso de conflito, contudo, alguns ordenamentos possuem restrições, como a proibição de uso de lei que não tenha relação com as partes ou negócio jurídico ou leis imperativas do local em que o contrato deve ser executado.¹²⁵

Outro fator limitador da escolha é a ordem pública, as partes não podem escolher uma norma que vá contra a ordem pública interna de um dos Estados relacionados ao contrato, bem como, da chamada ordem pública internacional.¹²⁶

Mesmo diante desse cenário incerto quanto a validade da cláusula de eleição de lei, é interessante que as partes incluam essa cláusula, pois, apesar de ser um tema bastante discutido pela doutrina especializada, essa questão é pouco enfrentada pela jurisprudência.

É também interessante que as partes insiram no contrato os locais em que estão estabelecidas, o local de conclusão do contrato¹²⁷ e de execução, visando,

¹²³ MULHOLLAND, op. cit., p. 115

¹²⁴ Ibidem, p. 117

¹²⁵ Ibidem, p. 110

¹²⁶ Ibidem, p. 110

¹²⁷ Cf BAPTISTA o art. 9º da LINDB pode trazer problemas nos casos em que as partes não indiquem o local de assinatura do contrato, especialmente quando realizados pela Internet. A determinação do local não é uma matéria de direito, mas sim, de fato, portanto, o árbitro ou juiz é o responsável por determinar isso. p. 109

assim, evitar uma insegurança maior em relação a lei aplicável, o que, contudo, permanece.

Importante ressaltar que a CISG trata extensivamente da formação do contrato, contudo, não trata dos contratos eletrônicos de forma expressa, seguindo as normas tradicionais de oferta e aceitação¹²⁸ para determinar a conclusão do contrato, motivo pelo qual a conclusão do contrato para a CISG não foi tratada no trabalho.

4.3 A INTERPRETAÇÃO DO ART. 9º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO DIREITO BRASILEIRO

A Convenção de Viena se apoia no princípio da autonomia da vontade, e apesar do direito contratual brasileiro admiti-lo, há discussão quanto sua validade como elemento de conexão do contrato em decorrência da interpretação dada ao art.9º da LINDB.

É bem verdade que no caso de conflito entre a CISG e a LINDB, aquela deve prevalecer, assim, poder-se-ia questionar se a autonomia da vontade poderia ser aplicada, mesmo com a discussão quanto a validade deste elemento, já que a CISG o aceita. Contudo, o art. 6º da Convenção, permite que as partes afastem a aplicação da norma e não que a escolham como lei aplicável, o chamado sistema de “opting out”. Assim, esse argumento não poderia ser utilizado para aplicar a autonomia da vontade como elemento de conexão.

A regra geral de conexão dos contratos, conforme já exposto, é a *lex loci contractus*, ou seja, o local em que o contrato é constituído determina a lei aplicável, o que pode ser observado do *caput* do art. 9º, LINDB: “*para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem*”. Assim, devido a alteração que o atual art. 9º passou em 1942 (que permanece vigente) em que houve a supressão do termo “salvo estipulado em contrário” boa parte da doutrina passou a entender que a exclusão do termo significava que o legislador retirou a possibilidade das partes escolherem a lei aplicável aos contratos, logo, estaria excluída a autonomia

¹²⁸ VURAL, Belkis. **Formation of Contract According to the CISG**. Disponível em: <<http://www.ankarabarasu.org.tr/siteler/AnkaraBarReview/tekmakale/2013-1/5.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

da vontade como elemento de conexão.¹²⁹

Importante ressaltar que em 2010 a Lei de Introdução ao Código Civil foi alterada, passou a ter o nome de Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, sendo esta a única mudança que ocorreu.

Uma cláusula relacionada a escolha de lei é a cláusula de escolha do foro, esta é amplamente aceita, tanto pela doutrina, quanto pela jurisprudência, contudo, jurisprudência entende que a jurisdição brasileira não é completamente afastada, uma vez que é possível que a Justiça brasileira faça uma análise prévia do caso, há diversas decisões nesse sentido.¹³⁰ Essa visão pode ser problemática, uma vez que

¹²⁹ ARAUJO, op. cit., p. 264-265

¹³⁰ RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA PROPOSTA EM FACE DE ESTADO ESTRANGEIRO (CF, ARTS. 109, II, C/C 105, II, c). PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL (CPC, ARTS. 88 A 90). LICITAÇÃO INTERNACIONAL. CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO IMOBILIÁRIA NO BRASIL. SOCIEDADE EMPRESÁRIA BRASILEIRA E ESTADO ESTRANGEIRO. **COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA JUSTIÇA BRASILEIRA. CLÁUSULA CONTRATUAL ELETIVA DE FORO ALIENÍGENA ADMITIDA. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO BRASIL.** COMPETÊNCIA RELATIVA (SÚMULA 33/STJ). RECURSO PROVIDO. 1. As regras de competência internacional, que delimitam a competência da autoridade judiciária brasileira com relação à competência de órgãos judiciais estrangeiros e internacionais, estão disciplinadas nos arts. 88 a 90 do Código de Processo Civil - CPC. Esses dispositivos processuais não cuidam da lei aplicável, mas sim da competência jurisdicional (concorrente ou exclusiva) do Judiciário brasileiro na apreciação das causas que indicam. 2. **O art. 88 trata da denominada competência concorrente, dispondo sobre casos em que não se exclui a atuação do juízo estrangeiro, podendo a ação ser instaurada tanto perante juízo brasileiro quanto diante de juízo estrangeiro. Sendo concorrente, a competência pode ser alterada pela vontade das partes, permitindo-se a eleição de foro.** 3. O art. 89 trata de ações em que o Poder Judiciário brasileiro é o único competente para conhecer e julgar a causa, com exclusão de qualquer outro. É a denominada competência exclusiva, hipótese em que a escolha do foro estrangeiro será ineficaz, ainda que resulte de expressa manifestação da vontade das partes. 4. O art. 90, por sua vez, afirma a possibilidade de atuação da autoridade judiciária brasileira mesmo no caso de existir ação intentada perante órgão jurisdicional estrangeiro. 5. A situação retratada nestes autos - ação cautelar inominada preparatória de ação para resolução de contrato cumulada com ressarcimento de perdas e danos, ajuizada por sociedade empresária brasileira em face de Estado estrangeiro - **enquadra-se nas hipóteses dos incisos II e III do art. 88 do CPC (cumprimento da obrigação no Brasil e ação originada de fato ocorrido no Brasil), sendo caso de competência internacional concorrente, portanto, relativa, admitindo-se a cláusula contratual de eleição de foro alienígena.** 6. **Apesar de válida a cláusula de eleição de foro estrangeiro para a causa originada do contrato, isso, por si só, não exclui a jurisdição brasileira concorrente para o conhecimento e julgamento de ação aqui aforada.** 7. De acordo com a Súmula 33/STJ, "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício", tendo sido, portanto, precipitada a imediata extinção do processo, decretada ex officio pelo juízo singular, em razão do foro de eleição alienígena, antes mesmo da citação do Estado estrangeiro réu. 8. Recurso ordinário provido. (STJ - RO: 114 DF 2011/0027483-8, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 02/06/2015, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2015 – sem grifos no original)

Ação indenizatória. Contrato de distribuição comercial. Empresa multinacional. Subsidiária brasileira. **Foro de eleição. Jurisdição estrangeira. Autoridade judiciária brasileira. Competência concorrente. Art. 88 do CPC.** 1. Nos termos do art. 88, inciso I, § único, do CPC e da Súmula 363, do Colendo STF, é competente a autoridade judiciária brasileira para solucionar o litígio quando a pessoa jurídica estrangeira é representada no Brasil por empresa subsidiária, como ocorre na presente ação indenizatória, na qual esta última, inclusive, figura como corré. 2. **De acordo com os incisos II e III do**

o juiz do foro é o responsável por determinar qual a lei aplicável ao caso, o que pode representar uma ameaça à segurança jurídica.

Cabendo ao judiciário brasileiro determinar qual a lei aplicável a esta categoria de contratos, deve-se analisar a norma brasileira para definição da lei aplicável aos contratos internacionais, logo será aplicado o art. 9º, LINDB, já que esta é a norma que define a lei aplicável aos contratos internacionais. Contudo, o elemento de conexão escolhido pela referida norma poderá trazer dificuldades ao magistrado para definir a lei aplicável ao contrato eletrônico internacional, diante da dificuldade de determinar o local de conclusão do contrato. Ainda, há de se levar em conta que as partes possuem expectativas quanto às normas aplicáveis para a solução do litígio, algo que o magistrado deve levar em conta.

Diversos autores apontam que uma solução para contornar o art. 9º, LINDB seria inserir no contrato uma cláusula que determinasse a lei aplicável, contudo, como já foi demonstrado, mesmo a escolha de foro, não afasta a jurisdição brasileira da análise do caso, e, de acordo com a doutrina, os juízes brasileiros entendem que o artigo supracitado afasta a autonomia da vontade¹³¹, logo, essa cláusula seria inválida, o que, novamente, demonstra a insegurança jurídica que paira sobre tais contratos.

Alguns doutrinadores entendem que o art. 9º da LICC somente seria aplicado se as partes não escolhessem a lei aplicável, sendo esta a opinião de autores como Valladão e Strenger. Esses autores afirmam que é possível utilizar a autonomia da vontade como elemento de conexão.¹³² Contudo, outros autores fazem a leitura do artigo 9º de maneira diferente, para eles, o artigo é imperativo, dessa forma, afasta-se a autonomia da vontade, sendo o elemento de conexão o local de conclusão do contrato, defendem essa corrente Esther Engelberg e Nádía de Araújo.

Há na doutrina brasileira três vertentes quanto a interpretação do art. 9º, LINDB: (i) a primeira entende que a supressão do termo “salvo estipulado em

artigo supracitado, é competente a autoridade judiciária brasileira quando a execução do contrato, durante toda a sua vigência, deu-se no território brasileiro, sendo nele praticados os atos ilícitos controvertidos. 3. Estando presente qualquer das hipóteses mencionadas no mencionado artigo, a eleição contratual do foro estrangeiro (Cantão de Fribourg, na Suíça) para dirimir o conflito não afasta a competência da autoridade judiciária brasileira. A competência da autoridade judiciária estrangeira é relativa, e concorrente com a competência da jurisdição nacional. Recursos providos. Sentença anulada. Remessa dos autos à Vara de origem para os seus ulteriores atos. (TJ-SP, Relator: Itamar Gaino, Data de Julgamento: 19/05/2014, 21ª Câmara de Direito Privado – sem grifos no original)

¹³¹ ARAUJO, op. cit., p. 266

¹³² BAPTISTA, op. cit., p. 112

contrário” excluía por completo a autonomia da vontade no que se refere a escolha da lei aplicável; (ii) a segunda julga ser válida a autonomia da vontade, porém, seu uso é limitado, entendem, assim, que é possível que a lei escolhida não se aplique ao contrato como um todo; e (iii) a terceira entende ser válida a autonomia da vontade. A doutrina é bastante dividida quanto ao tema, sendo difícil apontar qual seria a vertente majoritária, contudo, a terceira hipótese parece ser a mais admitida, mas, isso não tem reflexo na jurisprudência.¹³³

A jurisprudência sobre a validade da cláusula de lei aplicável é extremamente escassa, mesmo as decisões que tratam do tema ignoram o art. 9º, LINDB, e, como consequência, as normas de direito internacional privado. Contudo, para ilustrar esse pensamento – de que o art. 9º, LICC afasta a autonomia da vontade – será exposto um trecho do voto do Desembargador Mário José Gomes Pereira, no Agravo de Instrumento nº 70005228440, julgado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, neste caso, os julgadores decidiram pela aplicação da lei do Uruguai, haja vista o contrato ter sido concluído naquele país, afastando, então, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.¹³⁴

O Desembargador afirmou que:

E em relação às cláusulas de eleição da lei, o art. 9º, caput, da Lei de Introdução ao Código Civil, não contemplou, no direito pátrio, a autonomia da vontade como elemento de conexão, impossibilitando que as partes livremente estipulem qual a lei aplicável ao contrato internacional firmado pelas mesmas

A decisão, apesar de antiga (o caso foi julgado em 2003) enfrentou com clareza as questões do direito internacional, confirmando o que a doutrina afirma: a não aceitação da autonomia da vontade como elemento de conexão, desconsiderando, assim, a cláusula de lei aplicável.

¹³³ ARAUJO, op. cit., p. 117

¹³⁴ **AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL. JURISDIÇÃO CONCORRENTE. FORO DE ELEIÇÃO. ILÍCITO CONTRATUAL. O foro local não é o competente, eis que o contrato firmou a competência do Uruguai para eventual demanda, que ora se processa. Não há como se relativizar a competência do foro, eis que os agravados não são hipossuficientes – são autores de outras ações do porte que corre em primeiro grau -, podendo se deslocarem ao foro do Uruguai para se defenderem na demanda que ajuizaram contra o agravante. AGRAVO PROVIDO.** (TJ-RS, AI: 70005228440 RS. Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Data de Julgamento: 08/04/2003, 19ª Câmara Cível – grifos no original)

Ainda sobre o tema, tem-se a decisão AI: 70065345423 RS¹³⁵, julgado recentemente (setembro de 2015); ficou decidido que a jurisdição brasileira não poderia ser afastada diante da regra da competência internacional, sendo assim, o tribunal brasileiro poderia analisar o caso. Neste ponto, ignorou-se o exposto no art.

¹³⁵ AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. **CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS CELEBRADO ENTRE EMPRESA BRASILEIRA E EMPRESA VENEZUELANA. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO. JURISDIÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA PARA O CASO. REGRA DE DOMICÍLIO DO RÉU. "ACTIO SEQUITUR FORUM REI". TRADUÇÃO JURAMENTADA DE DOCUMENTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA. LEI APLICÁVEL AO CONTRATO INTERNACIONAL DE COMPRA E VENDA. CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS ("CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980").** 1- Alcance internacional da jurisdição da autoridade judiciária brasileira. Insere-se no âmbito da "competência internacional" da autoridade judiciária brasileira a ação condenatória por danos materiais e morais ajuizada, por empresa venezuelana, contra empresa com domicílio no Município de Caxias do Sul/RS, em decorrência de contrato de compra e venda de mercadorias celebrado entre ambas. Hipótese de aplicação da regra geral de fixação dos limites espaciais da atuação do Juiz brasileiro, qual seja, o princípio "actio sequitur forum rei", consagrado no art. 12, "caput", da LINDB e no art. 88, I, do CPC. Jurisdição brasileira que deriva do domicílio da ré (identificado com base no art. 75, IV, do Código Civil), independentemente da nacionalidade de qualquer das partes litigantes, ou, ainda, do preenchimento cumulativo das hipóteses dadas pelos incisos II e III do... mesmo art. 88 do CPC. Desprovido do agravo de instrumento que se funda, ainda, na não-recepção, pelo Direito brasileiro, da doutrina do "forum non conveniens", ante o caráter imperativo, para o Juiz, das normas escritas de jurisdição e competência dadas pelo Poder Legislativo. **Irrelevância, para fins de jurisdição competente, do disposto no art. 9º, "caput", da LINDB, preceito que indica lei aplicável a relação obrigacional de caráter multiconectado, questão alheia à identificação da jurisdição competente.** Eficácia da regra do art. 12, "caput", da LINDB, e do art. 88, I, do CPC, relativos aos limites espaciais da jurisdição, que tampouco resta elidida pelo disposto no art. 100, V, d, do CPC, que consagra regra de competência jurisdicional interna e cuja incidência dá-se, assim, posteriormente àquela do mesmo art. 88, I, da lei processual. 2- Tradução juramentada de documentos redigidos em língua estrangeira. Em que pese o art. 157 do Código de Processo Civil defina a tradução juramentada de documentos não redigidos em língua portuguesa como requisito para a sua juntada regular aos autos de litígio em curso perante o Juiz brasileiro, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça confere interpretação sistemática ao dispositivo legal, à luz da noção de instrumentalidade do processo e da teoria das nulidades. Prerrogativa do Magistado de avaliar casuisticamente a necessidade de tradu ... juramentada, tendo em vista tais diretrizes e, não menos, o teor da insurgência da parte que alega a falta de tradução, assim como a própria complexidade dos documentos. Caso concreto em que não se verifica qualquer razão de fato ou de direito para determinar a tradução juramentada dos documentos trazidos aos autos, pela empresa estrangeira autora, conjuntamente à petição inicial da ação de cobrança. 3- **Direito aplicável ao deslinde do mérito do litígio decorrente de contrato celebrado entre empresa venezuelana e empresa brasileira. Questão que deverá ser apurada pelo Juízo de primeira instância, a partir da devida instrução do feito, quanto ao local de celebração do contrato entre as partes, e, ainda, tendo em conta o local de irradiação de efeitos (jurídicos e econômicos) da relação entabulada entre as partes, nos termos do "caput" do art. 9º da LINDB (contrato entre presentes) ou do seu § 2º (contrato entre ausentes). Eventual deslinde do mérito que, a depender do que se apurar na instrução, deverá dar-se com base no Direito venezuelano, ou, então, com fundamento no Direito brasileiro - neste caso, à luz das normas jurídicas brasileiras de produção interna e, de não menos, da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias ("Convenção de Viena de 1980"), que igualmente integra o Direito pátrio.** Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento Nº ... Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 10/09/2015). (TJ-RS - AI: 70065345423 RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Data de Julgamento: 10/09/2015, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/09/2015 – sem grifos no original)

9º, LICC, uma vez que se entendeu que seria irrelevante para determinar a jurisdição competente os preceitos indicados pelo artigo, já que este trata da lei que rege o contrato. Contudo, restou pendente a questão da lei aplicável, sendo necessário analisar o referido artigo.

O trecho em destaque demonstra bem a questão da insegurança quanto a norma aplicável, veja:

3- Direito aplicável ao deslinde do mérito do litígio decorrente de contrato celebrado entre empresa venezuelana e empresa brasileira. Questão que deverá ser apurada pelo Juízo de primeira instância, a partir da devida instrução do feito, quanto ao local de celebração do contrato entre as partes, e, ainda, tendo em conta o local de irradiação de efeitos (jurídicos e econômicos) da relação entabulada entre as partes, nos termos do "caput" do art. 9º da LINDB (contrato entre presentes) ou do seu § 2º (contrato entre ausentes). Eventual deslinde do mérito que, a depender do que se apurar na instrução, deverá dar-se com base no Direito venezuelano, ou, então, com fundamento no Direito brasileiro - neste caso, à luz das normas jurídicas brasileiras de produção interna e, de não menos, da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias ("Convenção de Viena de 1980"), que igualmente integra o Direito pátrio

No caso em tela, ambos os países são signatários da CISG, o que garante certa segurança as partes, uma vez que, ao menos os contratantes sabem que a norma aplicável será a Convenção.

Outra decisão que trata da lei aplicável ao contrato, desta vez um contrato eletrônico internacional, foi a Decisão Monocrática proferida no processo nº 961347-8 e publicada em 17/10/2012.¹³⁶ Novamente, entendeu-se que a regra de competência

¹³⁶**Decisão.** Após, vieram-me conclusos. É O RELATÓRIO. DECIDO. II - O objeto da ação da qual este agravo de instrumento deriva é um contrato de comércio eletrônico internacional.

Não parece haver dúvidas da possibilidade de ser a Justiça brasileira competente para analisar o caso. Isto se afirma diante do contido nos artigos 12 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e 88, §2º do Código de Processo Civil, em cujas redações têm-se a competência da autoridade judiciária brasileira quando no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.

Porém, o fato de a causa tramitar perante a Justiça brasileira não impede que seja analisada legislação estrangeira a ser aplicada pelo juiz, diante de particularidades do caso concreto.

A LINDB, em seu art. 9º, e parágrafos 1º e 2º, determina que: "Art. 9. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem. § 1º Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependente de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato. § 2º a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente." A interpretação trazida deste artigo de lei pelo agravante é no sentido de que o parágrafo 1º autorizaria a aplicação

da lei brasileira ao caso, uma vez que a obrigação deve ser executada no Brasil. Entretanto, a redação do referido parágrafo não se esgota aí. Repita-se: "§ 1º Destinando-se a obrigação a ser executada no

internacional permitiria à jurisdição brasileira julgar o caso; neste caso não havia cláusula de eleição de lei, dessa forma, o magistrado analisou a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro e concluiu que as partes deveriam comprovar a residência dos réus para averiguar qual o país em que estes estavam estabelecidos para assim determinar a lei aplicável, conforme o art. 9º, § 2º, LINDB.¹³⁷

O que pode ser observado pela divergência doutrinária e pelas decisões trazidas anteriormente, é que a interpretação do art. 9º, LINDB é bastante complexa e sua aplicação pode ser um entrave a resolução do conflito entre as partes, exigindo a apresentação de novos documentos, o que posterga ainda mais a solução para a lide, além de depender da interpretação do magistrado quanto ao referido artigo, cujo embasamento pode ser em uma vertente doutrinária ou em outra, portanto, a previsibilidade da decisão encontra-se prejudicada, e por consequência, também está em risco a segurança jurídica.

Brasil E dependente de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato." A parte do artigo mencionado pelo agravante como autorizador da aplicação da lei brasileira exige mais que o fato de a obrigação dever ser cumprida no Brasil, mas, também, conjuntamente, que esta seja dependente de forma essencial perante a lei pátria, o que não parece ocorrer no caso em tela. Estivesse a redação do parágrafo 1º do art. 9 na direção em que pretende o agravante, este se encontraria em contradição com o próprio caput e o §2º do mesmo artigo. **O caput do art. 9 da LINDB determina que regem as obrigações as leis do país em que estas obrigações se constituírem. E o momento em que é constituída a obrigação é definido pelo §2º deste mesmo artigo: "§ 2º a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente."** Não há dúvidas que, neste caso, o proponente é o fornecedor, físico ou jurídico, possuidor do produto, a quem interessados em sua aquisição enviam propostas ou realizam pagamentos, por exemplo. **Assim, regendo-se a obrigação pela lei do local em que se constituir, e constituída esta no lugar de residência do proponente e, ainda, sendo o proponente residente em país que não o Brasil, aplicável ao caso, portanto, a legislação deste país.**

Tendo isto em mente, devemos passar à redação do art. 14 da mesma LINDB, cuja redação é a seguinte: "Art 14. Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência." Assim, não aplicável ao caso a lei brasileira, resta apenas a estrangeira a, eventualmente, assistir o agravante. **Portanto, entendendo correta a posição do magistrado a quo, no sentido de determinar ao agravante que faça prova nos autos de seu direito perante o ordenamento do domicílio dos réus.** III - Diante do acima exposto, e com base no art. 557 do CPC, nego provimento ao recurso. IV - Intimem-se. Curitiba, 03 de outubro de 2012. LUIZ ANTONIO BARRY Relator. (TJ-PR – Decisão monocrática. Processo: 961347-8, Relator: Luiz Antônio Barry, Data de Julgamento: 04/10/2012, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/10/2012 – sem grifos no original)

¹³⁷ Art. 9º Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

§ 2º A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

4.4 APLICABILIDADE DA CISG AO CASO

A CISG não exige forma para os contratos, o que fica expresso no art. 11 da Convenção: “*O contrato de compra e venda não requer instrumento escrito nem está sujeito a qualquer requisito de forma. Poderá ele ser provado por qualquer meio, inclusive por testemunhas*”. Sendo assim, é perfeitamente possível a aplicação da Convenção aos contratos eletrônicos internacionais de compra e venda internacional.

Entretanto, é importante ressaltar que a CISG, apesar de bastante flexível e progressiva, começou a ser cunhada nos anos 70, sendo finalmente concluída em 1980, logo, a utilização da Internet não foi algo de fato considerado na sua criação. Assim, a aplicação da Convenção deve se dar por meio da interpretação dos artigos 14 a 24 e dos princípios da Convenção, felizmente, a CISG é adaptável o suficiente para que seja possível a sua aplicação aos contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias.¹³⁸

Ademais, entende-se que a norma expressa no art. 13, que expõe que “*para os fins desta Convenção, o termo "escrito" abrange o telegrama e o telex*” pode ser interpretada com vistas de incluir outras formas de comunicação, dentre elas, a Internet¹³⁹. Assim, a doutrina majoritária entende que se o meio eletrônico for respeitar os requisitos básicos da forma escrita clássica, poder-se-á entender que os contratos celebrados nesse meio são escritos.¹⁴⁰

Dessa forma, se os contratos eletrônicos cumprirem com os demais requisitos da Convenção, será perfeitamente possível a aplicação da CISG, mesmo que não exista norma expressa que determine isto, uma vez que também não há norma que impeça a aplicação; a interpretação extensiva da Convenção, bem como sua flexibilidade torna isto possível. Sendo este o entendimento de Franco Ferrari: “*it makes no difference whether the contract is concluded electronically or by any other means, since the required feature is that the countries in which the parties have their place of business are Contracting States*”.¹⁴¹

¹³⁸ SCHLECHTRIEM, op. cit., p. 370

¹³⁹ Ibidem, p. 347

¹⁴⁰ Ibidem, p. 348

¹⁴¹ FERRARI, Franco. **Brief Remarks on Electronic Contracting and the United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)**. 2002. Disponível em: <<http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/ferrari12.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

4.5 AS VANTAGENS DA APLICAÇÃO DA CISG

Diante do exposto, fica claro que o art. 9º, LINDB prejudica a previsibilidade da norma aplicável ao contrato o que fere a segurança jurídica deste. Sendo assim, a adoção da Convenção de Viena foi bastante proveitosa pois promove uma maior segurança jurídica as partes contratantes, uma vez que é aceita globalmente.

Ainda, como o Brasil é signatário, sua aplicação se dá de maneira direta e automática, sempre que o empresário brasileiro contratar com um dos 82 países signatários, sendo que os maiores parceiros comerciais do Brasil se incluem na lista.

Além disso, a adoção da CISG promove o comercio internacional pois demonstra a preocupação do Brasil em se adaptar ao cenário comercial internacional.

Ademais, a adoção proporciona uma maior consistência às operações econômicas, já que providencia as partes elementos suficientes para uma melhor formação e execução do contrato.¹⁴²

Também, a previsibilidade e a segurança proporcionadas pela CISG possibilitam uma diminuição de processos decorrentes de transações comerciais internacionais frustradas.¹⁴³

Entende-se que a utilização de regras uniformes fornecidas pela CISG diminuiria os processos litigiosos decorrentes dos contratos de compra e venda internacional, pois, a Convenção demonstra de maneira clara as obrigações das partes, bem como, seus direitos.¹⁴⁴

Ainda quanto a resolução de conflitos, diante da previsibilidade da norma, é possível que as decisões sejam dadas de maneira muito mais célere, haja vista o magistrado não necessitar analisar qual a norma aplicável por meio das normas de direito internacional privado.¹⁴⁵

Além disso, a CISG oferece uma diminuição nos custos de operação, já que garante a uniformidade de normas internacionais aplicáveis ao contrato, tornando,

¹⁴² FERRARI, 2008. p. 28

¹⁴³ DOLGANOVA; LORENZEN, op. cit., loc. cit.

¹⁴⁴ HONNOLD, J. O. Uniform law for international sales under the 1980 United Nations Convention. 3. ed. The Hague: Kluwer Law International, 1999, p. 45.

¹⁴⁵ BARROZO, Rebecca Paradellas. **O BRASIL E UMA NOVA PERSPECTIVA DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: A ADESAO À CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980 SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS**. 2013. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/downloads/rbarrozo1.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

assim, a operação mais simplificada, reduzindo os possíveis gastos das partes.¹⁴⁶

Por fim, a Convenção de Viena é especializada em compra e venda internacional, sendo assim, suas normas são muito mais adequadas que as normas conservadoras do direito interno brasileiro, fornecendo diversas vantagens aos contratos regidos por aquela norma, em especial a segurança jurídica, elemento tão almejado em uma relação contratual.

¹⁴⁶BARROZO, op. cit., loc. cit.

5 CONCLUSÃO

O questionamento quanto a validade da autonomia da vontade como elemento de conexão no ordenamento brasileiro não é algo novo, desde a alteração da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro em 1942, a doutrina se debruça sobre o tema tentando fazer a interpretação mais adequada para o 9º artigo da lei, sem, contudo, entrar em consenso.

Não se pretendeu neste trabalho analisar qual vertente da doutrina seria mais adequada, mas sim demonstrar como há certa insegurança jurídica nos contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias, haja vista a dificuldade de determinar o local de conclusão do contrato, regra geral da LINDB, diante das particularidades do meio eletrônico.

Percebe-se que na interpretação do artigo supracitado, feita tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, a existência da insegurança jurídica nessa categoria contratual, tanto pelo entendimento que não se pode afastar do conhecimento da jurisdição brasileira a lide, quanto pelo entendimento de que a cláusula de lei aplicável é inválida.

Não se pode aceitar que questões como essa sejam decididas pelo direito interno de cada país, em especial porque o comércio eletrônico internacional é algo que vem se intensificando nos últimos anos. Dessa forma, a unificação do direito internacional é algo bastante proveitoso, pois, garante as partes maior previsibilidade quanto a norma aplicável.

Sabe-se o quão complexo é unificar normas internacionais diante dos costumes, sistemas, cultura e usos diversos em diferentes países; essas diferenças são de difícil conciliamento, todavia, a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, em sua constituição, fez questão de reduzir as barreiras culturais, respeitando as diferenças dos diversos países com o uso de termos gerais e flexíveis, que a torna bastante progressiva.

Para ficar mais claro o benefício da aplicação da Convenção, pense na seguinte hipótese: um empresário brasileiro faz uma oferta eletrônica a um empresário chileno, a execução do contrato, ou seja, a entrega da mercadoria se dará no Chile, motivo pelo qual, ambos esperam que a lei aplicável seja a deste país, por possuir mais relação com o contrato. Entretanto, o empresário chileno aceita a proposta

durante uma viagem ao Peru, sendo este, portanto, o local de conclusão do contrato.

Como pode ser observado no exemplo acima, o local de conclusão do contrato pode se fortuito. Espera-se que a proposta seja aceita o mais breve possível e as comunicações eletrônicas permitem isso, contudo, como o meio eletrônico pode ser utilizado em qualquer lugar, o local de conclusão pode não ter relação com o negócio realizado, como neste caso.

Se a regra geral brasileira para o conflito de normas fosse aplicada ao caso, a lei do Peru seria utilizada para reger o contrato, o que seria danoso as partes, todavia, os três países envolvidos são signatários da CISG. Assim, mesmo com o contrato concluído no Peru, a norma aplicável é a Convenção, a mesma que seria aplicável se o contrato tivesse sido formado no Chile.

A aplicação da CISG aos contratos eletrônicos internacionais de compra e venda de mercadorias não exclui por completo a insegurança quanto a norma aplicável ao contrato, uma vez que esta é uma questão de direito interno, contudo, garante as partes que a Convenção será aplicada quando as partes contratantes forem de países signatários.

Ainda, é importante fazer uma crítica ao ordenamento brasileiro. A autonomia da vontade é um elemento de conexão que tem sido amplamente aceito por outros Estados, já que é visto como mais adequado para o momento atual, contudo, mesmo com a doutrina questionando a mudança do artigo 9º da LINDB há muito tempo, o Poder Legislativo permanece inerte quanto ao tema, mantendo como elemento de conexão o local de conclusão do contrato, elemento que é criticado tanto pela doutrina nacional quanto pela internacional por dificultar a solução do litígio diante da dificuldade de determinar com precisão o local de conclusão, em especial, para aqueles contratos celebrados em meio eletrônico.

Diante do exposto, conclui-se que a CISG garante uma simplificação ao direito internacional, promovendo o comércio internacional por meio da clareza, unificação e flexibilidade oferecidas pela Convenção. Contribuindo, também, para a segurança jurídica, uma vez que as partes podem ter certeza que ao contratar com Estados signatários da CISG, a Convenção será aplicada.

Por fim, entende-se que mesmo que haja dúvidas quanto ao elemento de conexão do ordenamento brasileiro, a CISG garante ao magistrado que enfrentar a questão, bem com as partes envolvidas, no mínimo uma direção quanto a lei aplicável,

assim, trazendo mais previsibilidade à relação, assim, a aplicação da Convenção à esta categoria contratual é uma vantagem significativa.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Nadia de. **Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais**. 3. ed., rev. e ampl., de acordo com o novo Código Civil e a Convenção de Nova York sobre laudos arbitrais estrangeiros. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Contratos Internacionais**. São Paulo: LEX MAGISTER, 2011.

BARROZO, Rebecca Paradellas. **O BRASIL E UMA NOVA PERSPECTIVA DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: A ADESÃO À CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980 SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS**. 2013. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/downloads/rbarrozo1.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BASSO, Maristela. **Contratos internacionais do comercio: negociação, conclusão, pratica**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Do Advogado, 1998.

BENETI, Ana Carolina. **Brasil e a vigência, em 2014, da Convenção de Viena das Nações Unidas de 1980 sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG)**. 2014. Disponível em: <[http://www.cisg-brasil.net/downloads/Anexo BI 2.288a.pdf](http://www.cisg-brasil.net/downloads/Anexo%20BI%202.288a.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

BERNARDI, Dayane de Souza. **Globalização econômica e pluralismo jurídico: Uma análise da Lex Mercatoria**. 2004. 72 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

BERTOLDI, Marcelo M. **Curso avançado de direito comercial**. 6.ed., rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BRASIL deve fechar 2014 como 4º país com mais acesso à internet, diz consultoria. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124_brasil_internet_pai>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Decreto nº 8327, de 16 de outubro de 2014. **Convenção das Nações Unidas Sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias - Uncitral**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8327.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Decreto-lei nº 4657, de 04 de setembro de 1942. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Lei nº 12.985, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça – Recurso Ordinário: 114 DF 2011/0027483-8, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 02/06/2015, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2015

CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 3 vol. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CORDEIRO, Douglas Alexander. **A lex mercatoria e as novas tendências de codificação do direito do comércio internacional**. 2008. 58 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

DOLGANOVA, Iulia; LORENZEN, Marcelo Boff. **O Brasil e a Adesão à Convenção de Viena de 1980 sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias**. 2009. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/doc/idolganova1.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo (Org.). **Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos: Contratos: Formação e Regime**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. vol. 4. Cap. 17.

FERRARI, Franco (Org.). **The CISG and its Impacts on National Legal Systems**. Munique: Sellier, 2008.

_____. **Brief Remarks on Electronic Contracting and the United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)**. 2002.

Disponível em: <<http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/ferrari12.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FRADERA, Véra Maria Jacob de. **A NOÇÃO DE CONTRATO NA CONVENÇÃO DE VIENA DE 1980 SOBRE VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS**. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/doc/vfradera1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

GARCIA JUNIOR, Armando Alvares. **Lei aplicável aos contratos internacionais**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

HONNOLD, J. O. **Uniform law for international sales under the 1980 United Nations Convention**. 3. ed. The Hague: Kluwer Law International, 1999.

JANSSEN, André. MEYER, Olaf (Orgs.). **CISG Methodology**. Munique: Sellier, 2009.

LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. **Contratos Eletrônicos: Validade Jurídica dos Contratos Via Internet**. São Paulo: Atlas, 2007.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: contratos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Contratos**. São Paulo: Saraiva, 2011

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Comércio eletrônico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MANUAL de normalização de documentos científicos: de acordo com as normas da ABNT. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

MARCON FILHO, Sergio Eduardo. **O princípio da autonomia da vontade nos contratos internacionais do comércio**. 2005. 51 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. Atual. Carlos Henrique Abrão – 37. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MDIC passa a divulgar lista dos principais parceiros econômicos. 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5-icia=10744>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MOSER, Edgardo Muñoz e Luiz Gustavo Meira. **A Adesão do Brasil à CISG: Consequências para o Comércio na China e América Latina**. 2013. Disponível em: <<http://cisgw3.law.pace.edu/cisg/biblio/moser-munoz.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MULHOLLAND, Caitlin. **Internet e contratação: panorama das relações contratuais eletrônicas de consumo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MULILIS, Alastair; HUBNER, Peter. **The CISG: A new textbook for students and practitioners**. Munique: Sellier, 2007

NOTA EXPLICATIVA DA SECRETARIA DA UNCITRAL SOBRE A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/doc/ExplNoteCISGTradAmadeusOrleans-Final.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

PARANÁ. Tribunal de Justiça – Decisão monocrática. Processo: 961347-8, Relator: Luiz Antônio Barry, Data de Julgamento: 04/10/2012, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/10/2012

RAMOS, Talita Miranda. **Contratos comerciais eletrônicos internacionais**. 2002. 28 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. 15.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento 70005228440 RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Data de Julgamento: 08/04/2003, 19ª Câmara Cível

_____. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento: 70065345423 RS , Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Data de Julgamento: 10/09/2015, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/09/2015

SCHLECHTRIEM, Peter. **Comentários à convenção das Nações Unidas sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

STATUS United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (Vienna, 1980). 2015. Disponível em: <http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/sale_goods/1980CISG_status.html>. Acesso em: 14 out. 2015.

STRENGER, Irineu. **Contratos internacionais do comercio**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

_____. **Direito do comercio internacional e lex mercatoria**. São Paulo: LTr, 1996.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: contratos em espécie**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VENTURA, Luis Henrique. **Contratos internacionais empresariais: teoria e prática**. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2002.

VURAL, Belkis. **Formation of Contract According to the CISG**. Disponível em: <<http://www.ankarabaru.org.tr/site/AnkaraBarReview/tekmakale/2013-1/5.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ZWETSCH, Simone Cristina. **Aspectos técnicos e jurídicos dos contratos eletrônicos**. 2003. 35 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.